



Universidades Lusíada

Oliveira, Humberto Nuno Lopes Mendes de, 1961-

A Hungria entre duas guerras mundiais

<http://hdl.handle.net/11067/5638>

Metadados

Data de Publicação

2007

Resumo

Integrados numa estrutura política denominada União Europeia, tendemos contudo a conhecer mal, ou mesmo a desconhecer em absoluto, a história de muitos dos nossos parceiros desta União, embora com alguns deles a nossa história se tenha entrelaçado. Parece, pois, ser fácil inferir que para um melhor conhecimento recíproco importa obviar a esse tão notório desconhecimento. Foi partindo desta premissa inicial, aliada ao estudo de um período marcante da História da Europa, particularmente para a ma...

Integrated in a political structure called European Union (EU), we tend however to badly know, or even to be unaware in absolute, the history of many of our partners in this Union, although with some of them our history has some links. It seems, therefore, to be easy to infer that for a better reciprocal knowledge it is our task to prevent this situation. This was our first premise, allied to the study of a striking period in European History, particularly for most of the countries that recentl...

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 04 (2007)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-14T19:18:11Z com informação proveniente do Repositório

A HUNGRIA ENTRE DUAS GUERRAS MUNDIAIS

Humberto Nuno de Oliveira
Universidade Lusíada de Lisboa
hnlmdo@lis.ulusiada.pt

Resumo

Integrados numa estrutura política denominada União Europeia, tendemos contudo a conhecer mal, ou mesmo a desconhecer em absoluto, a história de muitos dos nossos parceiros desta União, embora com alguns deles a nossa história se tenha entrelaçado. Parece, pois, ser fácil inferir que para um melhor conhecimento recíproco importa obviar a esse tão notório desconhecimento.

Foi partindo desta premissa inicial, aliada ao estudo de um período marcante da História da Europa, particularmente para a maior parte dos países que mais recentemente integraram a UE – a primeira metade do século XX –, associada ao estudo falerístico de alguns espécimes desse período, dando melhor a conhecer um desses novos membros, a Hungria, designadamente as motivações das suas pretensões territoriais no denominado período da Regência.

A abertura da legação de Portugal em Budapeste, em 1939, veio fornecer um importante manancial de informação sobre tão conturbado período da história do país.

Palavras-chave

Hungria / Regência / Horthy / Tratado de Trianon / Falerística/

Abstract

Integrated in a political structure called European Union (EU), we tend however to badly know, or even to be unaware in absolute, the history of many of our partners in this Union, although with some of them our history has some links. It seems, therefore, to be easy to infer that for a better reciprocal knowledge it is our task to prevent this situation. This was our first premise, allied to the study of a striking period in European History, particularly for most of the countries that recently integrated the EU - the first half of the 20th century -, this issues allied with the study of some phaleristics specimens of this period, will allow us to know better one of these new members, Hungary, pointedly the motivations of its territorial claims in the period called Regency.

The Portuguese lagation in Budapest, opened in 1939, gave us fundamental information about those troubled days of Hungarian history.

Key-words

Hungary / Regency / Horthy / Trianon Treaty / Phaleristics

Breve sinopse da História Húngara (até ao advento da 1ª Guerra Mundial)

- 35 a.C a 10 d.C. – Conquista de parte da Hungria pelo Império Romano (sob a designação de Panónia).
- 453 - Após a queda do Império torna-se zona de frequentes fluxos migratórios: hunos, germanos, eslavos, avaros, francos, búlgaros e finalmente magiares em finais do século IX.
- 896 - Presença dos magiares, sob liderança de Árpád, na planície da Panónia.
- 955 – Na sequência da batalha de Lechfeld (10 de Agosto – os húngaros são derrotados por Otão “O Grande” nas imediações de Augsburg, travando os seus ímpetus expansionistas), fixam-se definitivamente na bacia dos Cárpatos.
- 1000 (Dezembro, ou Janeiro de 1001) - Estêvão I é coroado rei do reino cristão da Hungria, com uma coroa enviada pelo papa Silvestre II.
- 1241/1242 – Invasão mongol, o exército húngaro é destruído na batalha de Muhi e o rei Béla IV foge.
- 1301 – Fim da dinastia dos sucessores de Árpád. Início do período de reis estrangeiros (o primeiro é o angevino Carlos I) ou de senhores feudais.
- 1458/1490 – Reinado de Matias Corvino, o último grande rei da Hungria deste período. Expandiu significativamente as fronteiras do país para sul e noroeste e deu impulso ao Renascimento local.
- 1526 – Após a queda de Belgrado (1521) as forças húngaras de Luís II claudicam na batalha de Mohács (29 de Agosto) ante os otomanos comandados por Solimão “O Magnífico”. Este episódio marca o fim da independência húngara, embora se possa alegar que, devido a acordo prévio, a casa de Habsburgo a conservou até 1918. O território é dividido em três: Hungria Real (parte do Império Habsburgo composta por Eslováquia, Transdanúbia ocidental, Burgenland, Croácia ocidental e nordeste húngaro), Transilvânia (estado semi-independente vassalo dos turcos) e uma província integrada no Império Otomano (Hungria central, com a cidade de Buda).
- 1686 – As forças cristãs, lideradas pela Áustria, reconquistam Buda.
- 1703/1711 – Revolta anti-Habsburgo liderada por Francisco II Rákóczi, governador da Transilvânia.
- 1718 – Fim do domínio otomano sobre a totalidade da Hungria.
- 1848/1849 – Início da revolução em Peste com posterior alastramento a todo o país. O imperador Habsburgo é destronado, após várias vitórias do exército húngaro, e eleito governador Lajos Kossuth, primeiro-ministro o conde Louis Batthány e promulgada uma constituição. Em Agosto, com extenso apoio russo, a guerra da Independência é sufocada e os seus responsáveis executados.
- 1850/1867 – Período de resistência passiva à repressão do governador Alberto de Habsburgo.
- 1867 – Celebração do Compromisso que institui a monarquia dualista (“*k.u.k. - kaiserlich und königlich*”; imperial e real), pelo qual os países mantêm governos separados excepto nos domínios da defesa, política externa e finanças. Francisco José é coroado rei da Hungria em Buda e o conde Gyula Andrassy é designado primeiro chefe de governo.
- 1872 – Liga dos Três Imperadores (Áustria-Hungria, Alemanha e Rússia).
- 1873 – Criação de Budapeste pela junção de Buda, Peste e Obuda.
- 1878 (Ago.) – Forças austro-húngaras ocupam a Bósnia-Herzegovina.
- 1879 (Out.) – Aliança do Império Austro-Húngaro com o Império Alemão contra a Rússia.
- 1882 – A Itália junta-se à aliança dos dois impérios – Tríplice-Aliança.
- 1908 (Out.) – Anexação da Bósnia-Herzegovina.
- 1912 – Sérvia e Bulgária formam uma aliança contra o Império Austro-Húngaro.



Localização do Império Austro-Húngaro no contexto europeu

Um assassinato que mudou a história da Europa

Numa época em que a prática de assassinatos por motivos políticos se tornara quase hábito, Portugal e o Império Austro-Húngaro conheceram de perto tal flagelo. Em 1 de Fevereiro de 1908 o rei D. Carlos e o príncipe D. Luís Filipe tombavam, no Terreiro do Paço em Lisboa, sob as balas regicidas, assim como no Verão de 1914 haveriam de tombar em Sarajevo o arquiduque Francisco Fernando e sua mulher. Num e noutro caso esses acontecimentos haveriam de condicionar a história dos respectivos países, quando não do continente.

A longínqua e fraca relação familiar entre a monarquia lusitana e a dinastia imperial assegurava apenas uma ténue ligação que, não obstante, não conduzia a que entre os dois Estados existisse uma forte união. Pouco mais do que relações de circunstância ligavam as duas realidades políticas e era nesta medida que os nossos soberanos – com natural reciprocidade – aparecem ostentando condecorações imperiais.

Porém quis a História que os destinos de Portugal, da Áustria-Hungria e depois da Hungria viessem pontualmente a cruzar-se neste período conturbado da história daquela área do centro europeu.



O rei D. Manuel II ostentando a *Jubiläums-Erinnerungsmedaille*, a última na imagem à direita (Colecção Paulo Estrela), medalha instituída pelo imperador Francisco José em 18 de Agosto de 1898 quando se aproximava o 50º aniversário do seu reinado. Pendente de fita vermelha. Para além da medalha atribuída a sua magestade foram ainda entregues 38 de prata e 64 de cobre a militares portugueses (anexo 1).

Em 1913 o arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono austro-húngaro, era nomeado inspector-geral do Exército. Foi nessa condição que, no Verão de 1914, a convite do general Oskar Potiorek, governador da província da Bósnia-Herzegovina, aí se deslocou para assistir às manobras em curso.

Homem destemido e grato entre as suas tropas, embora consciente da perigosidade da deslocação¹, o arquiduque decidiu empreendê-la. Na realidade, o maior perigo para a monarquia advinha então, num império pluri-nacional, do pan-eslavismo disseminado a partir da Sérvia e fortemente encorajado pela “mãe” Rússia entre os eslavos do sul (Oliveira 1993).

Consciente de tão complexa realidade, o arquiduque Francisco Fernando procurava consolidar o plano de transformar a Croácia no núcleo de um sólido parceiro eslavo no sul para a sua monarquia. Tal plano contrariaria os intentos e teses pan-eslavistas e o líder da “Mão Negra”, coronel Dragutin Dimitrijevic (chefe dos serviços de informação do Estado-Maior Sérvio), considerava Francisco Fernando e os seus planos para os eslavos do sul, contrários aos seus desejos unionistas com a Sérvia. Assim, ao saber do propósito do arquiduque em visitar a Bósnia, de imediato começou a congeminar os planos para o seu assassinato, com base num comando com sede em Belgrado.

Um outro membro da “Mão Negra”, o major Voja Tankosic, informava o primeiro-ministro da Sérvia, Pasic, desse plano. Cauteloso, Pasic, embora apoiasse os objectivos do grupo, não desejava tal assassinato, pois estava certo que o

¹ De facto, muitos habitantes locais descontentes com a dominação austro-húngara preferiam a união com a Sérvia. Em 1910 um sérvio, Bogdan Zerajic (membro da sociedade secreta “Mão Negra” – Unificação ou Morte), tentara o assassinato do governador austro-húngaro da Bósnia-Herzegovina, general Varesanin, quando da abertura do parlamento em Sarajevo.

mesmo conduziria a uma guerra com a Áustria-Hungria e, como as suas ordens de detenção dos membros do comando (Gavrilo Princip, Nedjelko Cabrinovic e Trifko Grabez) não foram acatadas, estes lograram chegar à Bósnia-Herzegovina para levar a cabo o seu plano.

No Domingo, dia 28 de Junho de 1914, o inspector-geral e sua mulher duquesa Sofia chegavam antes das 10 horas da manhã à estação central de Sarajevo, onde eram esperados pelo general Potiorek. Iniciando-se a comitiva, composta por vários carros, seguindo o arquiduque, acompanhado pela sua mulher, pelo general Potiorek e pelo conde Von Harrach no segundo carro, de capota recolhida para que fosse, como expressamente desejava, bem visível pela população.

Pouco depois das 10 horas e quando a comitiva passava pela central de polícia, uma granada de mão era lançada. Devido ao sangue frio do condutor, que acelerou, aquela apenas explodiu debaixo das rodas do carro seguinte, ferindo com gravidade dois dos seus ocupantes (Eric von Merizzi e o conde Boos-Waldeck) e uma dúzia de espectadores, não sendo possível atingir o carro em que seguia o arquiduque, que continuou, como planeado, para a recepção oficial na câmara municipal.



Arquiduque Francisco Fernando e sua mulher, duquesa Sofia, em Sarajevo no dia do seu assassinato (28 de Julho de 1914).

Após a recepção oficial o arquiduque, ao ser informado do grave estado dos seus acompanhantes, insistiu em ir vê-los ao hospital e, não obstante as insistências contrárias do barão Morsey, que sugeria que tal poderia ser perigoso, nada demoveu Francisco Fernando, respaldado, além do mais, pela indignação do general Potiorek que clamava a Morsey: “Pensa que Sarajevo está repleta de assassinos?”. Mesmo assim, o general responsável pela segurança achava que a duquesa não deveria acompanhar o marido, o que esta recusou, e estabeleceu um percurso alternativo, facto que, porém, se esqueceu de apontar ao condutor, seguindo este pelo caminho habitual onde um dos conspiradores, Gavrilo Princip, teve oportunidade de disparar várias vezes, atingindo o arquiduque no pescoço e a duquesa no abdómen. Estava consumado o plano da “Mão Negra” e este assassinato de Sarajevo deitaria por terra toda a ténue esperança de uma evolução pacífica, precipitando o advento da Primeira Guerra Mundial.

Do assassinato de Sarajevo à declaração de guerra

Após o assassinato do arquiduque, a Áustria-Hungria esperou um breve período antes de reagir, desde logo de modo a ganhar tempo para poder reunir os seus soldados, muitos deles, num império estruturalmente agrícola, envolvidos nas colheitas de Verão. Assim, só a 23 de Julho era enviado um ultimato à Sérvia através do seu embaixador em Belgrado. Tal documento, que dificilmente poderia ser satisfeito, destinava-se, na realidade, a criar um *casus belli*. Dele constavam: a supressão de qualquer publicação que incitasse ao ódio contra o Império; a dissolução imediata da associação *Narodna Odbrana* (Defesa Nacional), procedendo-se de modo análogo com as demais associações que difundiam propaganda contra o império; a eliminação, sem demora, do ensino e instrução de tudo o que pudesse servir para fomentar a propaganda contra o Império; a destituição do serviço militar e da administração pública de todos os implicados na propaganda anti-imperial e cujos nomes seriam fornecidos pelo governo imperial; a aceitação da colaboração na Sérvia de órgãos do governo imperial na supressão de movimentos subversivos que actuassem contra a integridade territorial do império; a actuação judicial contra os implicados na conjura de 28 de Junho que se encontrassem em território sérvio, sob a ajuda e direcção de órgãos delegados pelo império; aprisionamento, de imediato, de duas pessoas implicadas no assassinato de acordo com as investigações preliminares austro-húngaras; a prevenção, através de medidas concretas, da cooperação da Sérvia no tráfico ilícito de armas e explosivos através das suas fronteiras; o fornecimento ao Império de explicações relativas às afirmações de dignitários sérvios que expressavam hostilidade relativamente à Áustria-Hungria e finalmente a notificação do império, sem demora, do cumprimento destas medidas¹².

Confiante na promessa russa de apoio, o governo sérvio aceitaria todas estas humilhantes condições, excepto as relativas ao envolvimento, em território sérvio, de agentes austro-húngaros, o que foi considerado como uma violação da sua soberania e tal respondendo dois minutos antes da conclusão do prazo. Essa recusa foi motivo bastante para que o governo imperial reconhecesse como não aceite o seu ultimato.

Quebradas as relações diplomáticas, o Império Austro-Húngaro declarou guerra à Sérvia em 28 de Julho, iniciando os bombardeamentos a Belgrado no dia seguinte¹³. A 30 de Julho quer a Áustria-Hungria, quer a Rússia decretavam a mobilização geral. Dado o apoio já declarado, a Alemanha enviava um ultimato à Rússia, a 31 de Julho, para suspender no prazo de 12 horas a mobilização iniciada. No dia seguinte, expirado o ultimato, o embaixador alemão na Rússia declarava formalmente a guerra. Iniciava-se, assim, o primeiro conflito mundial.

¹² A tradução integral do ultimato, em inglês, pode ser acedida em: <http://www.lib.byu.edu/~rdh/wwi/1914/austro-hungarian-ultimatum.html>

¹³ Não obstante os protestos, em diversas ocasiões, do primeiro-ministro húngaro, Istvan Tisza, tentando o não envolvimento húngaro, mas assim o determinava a política externa comum do império.

A perspectiva austro-húngara da 1ª Guerra Mundial

Tal como para o conjunto da bibliografia anglo-saxónica a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial tende a ser ignorada ou apenas a assumir diminuta presença, também a historiografia nacional tende a ignorar, ou minorar, os teatros de operações nos quais as nossas forças não participaram, tal é manifestamente o caso da frente centro-oriental europeia em que se empenhou a Áustria-Hungria e de nós muito pouco conhecida.

Em termos concretos, a denominada frente sérvia não apresentou significativos progressos, embora seja de referir algum avanço territorial russo (com ocupação da maior parte da Galécia e da Cárpatos-Ruténia), com a captura mesmo, após prolongado cerco, da fortaleza de Przemyśl (na actual Polónia) em 22 de Março de 1915. Porém neste mesmo Inverno as forças austro-húngaras e alemãs conseguem rechaçar o ímpeto russo e empurrá-los de novo, recapturando aquela praça-forte em 3 de Junho de 1915.

Em 23 de Maio de 1915, a Itália, que mudara de campo, declarava guerra à Áustria-Hungria, a troco da promessa de amplos ganhos territoriais destes, entrando no conflito com a conseqüente abertura de uma nova frente a sudoeste. A 11 de Outubro a Bulgária, que igualmente mudava de partido, quebrava a sua política de neutralidade entrando no conflito do lado dos poderes centrais e invadindo a Sérvia e a Macedónia, o que conduziu à momentânea extinção desta frente.

Em 28 de Agosto de 1916 a Roménia, tendo em vista eventuais ganhos territoriais, declara guerra à Áustria-Hungria, tendo as forças romenas episodicamente ocupado a Transilvânia, mas sendo rapidamente desalojadas e vendo mesmo o seu território ocupado pelas potências centrais.

Em 1915 e 1916, quando a vitória das potências centrais ainda era encarada como possível, as ambições territoriais do império limitavam-se, fundamentalmente, à península balcânica, onde os anseios de ocupação do Montenegro, partes da Sérvia e da Roménia (esta última a ser partilhada com a Bulgária), constituíam os incentivos deste parceiro menor da Alemanha.

As forças alemãs e austro-húngaras ainda haveriam de ocupar territórios da Rússia polaca, parte da qual haveria mesmo de ser colocada sob administração militar da Áustria-Hungria, mas indiscutivelmente a fadiga de guerra e a desilusão haviam crescido significativamente. A ausência de estabilidade interna não ajudava igualmente, pois em 21 de Outubro de 1916, o chanceler Carlos, conde de Stuerghk, era assassinado (por um político socialista) e em 21 de Novembro morreria, após longa governação, o imperador Francisco José, a que sucedeu o seu sobrinho-neto Carlos, que veio posteriormente a ser coroado rei da Hungria a 30 de Dezembro.



Coroação de Carlos IV como rei da Hungria, Dezembro de 1916.

Com a guerra, as debilidades internas do Império haviam-se tornado ainda mais evidentes. Regimentos checos e eslovacos desertaram no início do conflito; a Itália e a Roménia, protegendo as suas minorias no seio do Império, mudaram para o campo da Tríplice *Entente*; croatas e eslovenos, ganhos pela propaganda sérvia, aderiam a um acordo para formar um estado eslavo do sul. O novo imperador ainda tentou atalhar a alguns destes problemas, nomeadamente apaziguar os checos através da nomeação para chanceler de Henrique, conde de Clam-Martinitz, medida que, porém, não surtiu o pretendido efeito.

Em 1917 a China juntava-se aos poderes da *Entente* e declarava como tendo expirado a concessão austro-húngara de Tientsin. Neste ano as forças imperiais derrotaram os italianos em Camporetto, avançando pelo Veneto e estabelecendo uma nova frente no curso do rio Piave. Na Rússia a revolução eclodiria em 7 de Novembro de 1917, tendo o governo dos bolcheviques celebrado o tratado de paz de Brest-Litovsk (3 de Março de 1918) com os poderes centrais, que assegurava a independência de vastas áreas até então pertencentes ao império russo (Polónia russa, Ucrânia e Estados Bálticos), cujo destino a Alemanha e a Áustria-Hungria “determinariam de acordo com as respectivas populações”. Todavia esta importante vitória chegara demasiado tarde. O Império estava exausto e praticamente vencido.

Em Outubro as forças imperiais eram derrotadas na frente Sérvia e igualmente na italiana. A derrota do Império face aos italianos em Vittorio Veneto, Outubro/ Novembro de 1918, abria lugar à rendição incondicional e à celebração, em 3 de Novembro, do armistício. A 11 de Novembro o imperador Carlos I abdicava, e no dia seguinte era proclamada a República Austríaca. A Hungria, no dia 16, ao declarar a sua independência da Áustria, entraria num confuso período da sua história.

A Hungria durante o conflito perdera cerca de 661.000 soldados e os seus prisioneiros e feridos ascenderam a perto de milhão e meio. Socialmente, a guerra mergulhara o país numa grave situação, em que a escassez de alimentos acabou por espoletar um enorme descontentamento das populações.

A desintegração do Império em 1918

Com o final da 1ª Grande Guerra, em 1918, desaparecia a monarquia austro-húngara, criada pelo Compromisso de 1867, e a Hungria saltava para a ribalta no rol dos países derrotados no grande conflito.

Os grupos étnicos que viviam no seio do império eram muitos, embora os possamos dividir de acordo com um terminologia muito simplificada mas precisa: dominantes e dominados. Ao primeiro grupo pertenciam os alemães e os húngaros; ao segundo os checos, os eslovacos, os polacos, os rutenos (ucranianos), os croatas, os sérvios, os eslovénios, os vlachs (romenos) e os italianos.



Armas das terras do Império Austro-Húngaro.

Não é estranho, pois, que tal divisão, entre dominantes e dominados, tenha traduzido uma postura bem diversa face ao esforço de guerra. Enquanto os dominadores assumiram plenamente esse esforço, os dominados participaram sem qualquer verdadeiro empenho. Terá sido, aliás, tão fraco empenho de elevadas percentagens da população a principal responsável pelo rápido avanço dos russos na Galécia, logo em 1914, e dos romenos na Transilvânia em 1916.

Quando se iniciaram as negociações para o armistício, a posição das forças da *Entente* foi bem clara: não negociariam com o governo imperial. Aliás entre os 14 Pontos do presidente Woodrow Wilson, enunciados em 8 de Janeiro de 1918, constava como décimo ponto o da auto-determinação das várias nações que coexistiam sob a dupla monarquia austro-húngara. A Checoslováquia proclamaria a sua independência em 28 de Outubro de 1918 e a Galécia juntava-se à nova Polónia independente, a 1 de Novembro seguia-se a fugaz e idêntica declaração da Ruténia (Checoslováquia oriental), a 16 desfazia-se a união entre Áustria e Hungria, a 1 de Dezembro a Croácia e a Eslovénia juntavam-se ao novo Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos e era proclamada a união da Transilvânia ao Reino da Roménia. Trento e Ístria seriam anexadas pela Itália.

Se na verdade muitas destas mudanças foram desejadas pelas populações dos respectivos territórios, não é menos verdade que, noutros casos, tal foi feito à revelia das populações como desígnio de interesses alheios. Assim aconteceu com o Tirol do Sul, anexado pela Itália (que assim ganhava o controle da passagem de Brenner), com a Caríntia e Lajtabanzac separadas até à celebração dos respectivos plebiscitos.

A Hungria em 1918 e 1919. Os anos conturbados

Em 25 de Outubro de 1918 o conde Míhaly Károlyi, líder do Partido Social-Democrata, liderava um Conselho Nacional, nomeado pelo rei Carlos IV, sendo nomeado primeiro-ministro em 31 desse mês. O plano do governo assentava em bases simples mas de amplo consenso popular: corte dos laços com a Áustria e a Alemanha, com a conseqüente condução de uma política de paz separada com os aliados, a implementação de reformas políticas e sociais com atenção especial à situação das minorias étnicas e a desmilitarização do país. Em Novembro a Hungria era oficialmente proclamada república.

O novo governo tentou, na realidade, implementar as reformas enunciadas, porém, diversos factores a elas se opuseram, o maior dos quais, como já referimos, foi a ocupação ilegal de diversos territórios húngaros pelas forças checas, sérvias e romenas, antes da celebração de qualquer tratado e com a total complacência dos aliados. Incapaz de contrariar tal realidade, cedo o governo perderia o apoio popular.

Tornou-se dolorosamente claro, pois, para o povo húngaro quais as reais intenções dos seus vizinhos. As ocupações de vastas áreas da Hungria faziam

afluir ao centro do país numerosos contrerrâneos numa situação desesperada, o que contribuiu para uma mais rápida instabilidade. É neste quadro de agitação e de instabilidade – e face a novos pedidos de cedências territoriais ao governo de Károlyi que, assim, renuncia - que as forças comunistas lideradas por Béla Kun logram controlar o país, proclamando a República Soviética da Hungria, a 21 de Março de 1919, que prometeria ao povo igualdade e justiça, bem como a recuperação dos territórios perdidos, o que realizaria provavelmente com o concurso do auxílio soviético.

Após alguns sucessos militares iniciais, também o governo revolucionário conheceria um caminho menos certo, acumulando diversos erros, como as nacionalizações da agricultura, da indústria, do comércio, dos transportes, da banca, entre outras actividades, ou drásticas medidas de reflexo social. Em reacção a uma tentativa de golpe, daria azo a um vasto conjunto de medidas repressivas instalando-se, assim, o “terror vermelho” – um ainda que fugaz, mas seguramente sangrento período de terror¹⁴. Os soviéticos húngaros foram igualmente ineficazes na contenção da ocupação ilegal de território húngaro. Os romenos, aproveitando a instabilidade social interna, ocuparam parte considerável das planícies centrais, aterrorizando as populações e apropriando-se das terras com brutalidade. O reino de terror vermelho conheceria o seu epílogo cinco meses apenas após ter chegado ao poder, sob ameaça das forças romenas e pressionados pela reacção popular,



A Hungria acorrentada acossada pelos seus vizinhos/inimigos.

¹⁴ É tristemente famosa a execução de 590 pessoas sem qualquer julgamento, para enumerar apenas um episódio emblemático.

Kun e os seus seguidores fugiram para a Áustria e Budapeste era capturada em 6 de Agosto pelas forças romenas.

O advento da Regência

Durante o “terror vermelho”, na primavera de 1919, alguns exilados em Viena, entre os quais pontificava o conde István Bethlen (um aristocrata da Transilvânia), haviam promovido a constituição de um Comité Anti-Bolchevique, outros como o almirante Miklós Horthy (último comandante da marinha austro-húngara e da frota Adriática), haviam promovido, a partir de 10 de Abril, a constituição de um governo paralelo e provisório, estabelecido primeiro em Arad e depois em Szeged (ocupada por forças francesas), iniciando a constituição de um “exército nacional”. Nunca se chegando a um estado de guerra civil, os “brancos” (terminologia claramente decalcada dos opositores ao bolchevismo na Rússia), resultantes da conjugação de esforços dos dois distintos grupos, ocupariam o espaço deixado pela vacatura “vermelha”, solicitando aos aliados o seu reconhecimento como legítimo governo da Hungria.



A handwritten signature in dark ink, which appears to read 'Horthy'.

O regente almirante Miklós Horthy.

Dos excessos vermelhos rapidamente se passou aos excessos brancos protagonizados por forças não regulares, e que conduziram à morte sem julgamento de diversos vermelhos. Mas apesar de tudo o entendimento entre brancos e invasores romenos foi possível e as forças invasoras acataram ainda que com relutância, a ordem das forças da *Entente*, lentamente, foram abandonando o país¹⁵, não sem deixarem atrás de si um rasto de destruição e de pilhagem que tanto marcaria a evolução futura da relação entre os dois países.

Mas a característica marcadamente autoritária do regime levava a que as forças aliadas revelassem a maior dificuldade em reconhecê-lo como governo legítimo, antes insistindo numa solução de governo provisório que incluísse elementos mais democráticos e promovesse eleições.

Finalmente, em 16 de Novembro, o “exército” de Horthy, ministro da defesa do

¹⁵ As tropas romenas só evacuaram a totalidade da Hungria em 25 de Fevereiro de 1920.

governo contra-revolucionário e comandante supremo do “exército nacional”, avançou sobre Budapeste, após entendimento com os romenos, estabelecendo-se um governo, sob a presidência de Huszár, que gradualmente impôs a ordem e a segurança e colocou um ponto final no terror, embora numerosos vermelhos tenham sido aprisionados, o que afastou da sua governação alguns elementos, como os sociais-democratas. Em Janeiro de 1920 eram realizadas eleições sendo eleito o primeiro parlamento unicameral, que como primeira medida tomava a da anulação de todos os actos legislativos dos governos de Károlyi e Kun.

O país vivia uma situação de extrema gravidade¹⁶ sobre a qual pendia a sombra de um tratado que se esperava e que concitava contra si o sentimento de injustiça partilhado por toda uma nação. Este sentimento de injustiça será, como veremos, o verdadeiro motor da história deste país nos anos vindouros.

A Regência e a questão monárquica

Em 1 de Março de 1920 a Assembleia Nacional, num país onde dificilmente alguém defenderia a instituição republicana, restabelecia o Reino da Hungria e a sua constituição, mas tendo em conta a nova realidade internacional anulavam-se todos os actos tendentes à sustentação jurídica do Compromisso de 1867, cortando-se, assim, os laços com a dinastia Habsburgo. Na realidade, existia uma grande divisão nacional e conseqüentemente na própria assembleia quanto ao facto de Carlos IV ser, ou não, o legítimo soberano da Hungria, uma vez que a sua proclamação de renúncia de 13 de Novembro de 1918, ao afastá-lo do trono deixava, no entender de muitos, o mesmo livre para uma eleição.

Decidia-se, assim, não chamar do exílio o rei Carlos IV, fundamentalmente devido a pressões externas que pretendiam enterrar qualquer cenário vagamente imperial. A monarquia, sem rei, era retomada, o último rei fora exilado pelos aliados vitoriosos e não havia consenso quanto ao preenchimento do trono ou sequer se este se encontrava vago... Em 1 de Março de 1920, o parlamento nomeava Horthy regente que, assim, se tornava na prática o chefe de Estado por um período indeterminado. A votação por 131 votos num universo de 141

¹⁶ Não faltavam ao país problemas concretos e imediatos. Os quatro anos da guerra aliados a duas revoluções e finalmente uma predatória ocupação estrangeira haviam drenado do país a quase totalidade dos seus recursos e energias, seguramente dificilmente recuperáveis num quadro de normalidade quanto mais face ao desmembramento do país. A clivagem social e económica era uma realidade. Os proletariados industrial e rural haviam assistido à elevação das suas expectativas durante as duas revoluções e não desejavam qualquer retrocesso à condição anterior de impotência política e degradação social; as mesmas revoluções haviam amargurado os terratenentes, mesmo os pequenos proprietários, que lhes assacavam todos os infortúnios da Hungria. Tais sentimentos de culpa igualmente eram orientados relativamente aos judeus que haviam desempenhado papéis desproporcionalmente grandes nas revoluções, especialmente na de Kun, mas também o regime de Károlyi se encontrava manchado pela estreita associação com a judiaria através da ligação de sociais-democratas com comunistas e até com democratas liberais (Macartney 1962).

votantes deixara, porém, fora do parlamento, bloqueados pelo exército, todos os deputados legitimistas. E assim um almirante sem frota, num país sem mar, regente de um reino sem rei, conduziria o país nos 24 anos seguintes, até 1944. Empossado com os poderes que habitualmente caberiam ao rei – vetar as leis, nomear o primeiro-ministro, convocar e dissolver o parlamento e comandar as forças armadas –, o regente decidia, porém, não se envolver completamente nos assuntos do dia-a-dia e deixava a resolução da questão do rei adiada para o momento em que “a ordem fosse restaurada”.



O rei Carlos IV da Hungria.

Face aos acontecimentos Huszár apresentava a demissão do seu governo e surgia um governo de coligação entre os dois maiores partidos (a União Cristã Nacional e o Partido dos Proprietários e Agricultores Unidos) liderado por Simonyi Semadam, num parlamento pouco representativo, pejado de independentes e representantes de minúsculos partidos. Na luta entre esquerda e direita, haviam tomado o partido da direita, liderando o terror branco e encarando o combate ao marxismo como indispensável à recuperação do país.

Horthy nomeava o conde Pál Teleki como primeiro-ministro em 1920. O seu governo de direita emitiria mesmo uma lei de *numerus clausus* que limitava a ascensão

de elementos politicamente inseguros a determinados lugares, tentando assim controlar o descontentamento. Igualmente, e com o mesmo objectivo, iniciou uma política de reforma agrária distribuindo cerca de 3.850 km² de latifúndio por pequenos lavradores. Porém, em Outubro o primeiro-ministro viria a resignar.

Em 1921, a questão Habsburgo levantar-se-ia de novo. Na realidade, em Março e de uma segunda vez em Outubro, Carlos regressou, embora com escasso apoio político, reclamando o seu trono, em ambas ocasiões sendo obrigado a retirar-se a ordens dos poderes aliados, sob pressão dos vizinhos da Pequena *Entente* da Hungria e com o apoio dos anti-legitimistas locais. Mas na verdade tal crise levaria à demissão do primeiro-ministro. O próprio almirante Horthy conspirou para lhe retirar o trono, logrando expulsá-lo do país e cimentando o seu poder. Carlos exilou-se na Madeira onde no ano seguinte viria a morrer de pneumonia e aí sendo sepultado¹⁷. Portugal cruzava-se, de novo, na vida do império ou dos seus governantes.

¹⁷ Faleceu no Funchal em 1 de Abril de 1922, foi sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Monte, onde os seus restos mortais ainda permanecem, com permissão de seus sucessores.

Esta foi, de facto, uma questão fracturante na sociedade e nos partidos húngaros. Na realidade enquanto que a União Cristã Nacional agrupava a maior parte dos legitimistas, já o Partido dos Proprietários e Agricultores Unidos se declarava abertamente anti-legitimista. Os radicais de direita haviam dado o seu aval pois que para eles o domínio Habsburgo era equivalente ao domínio de interesses estrangeiros. E este cenário deu azo a que emergisse na cena política um homem que a haveria de dominar e moldar à sua imagem a política húngara pelos próximos dez anos: o conde István Bethlen que, em Março de 1921, após o governo ter resignado aceitou a sucessão e sem se pronunciar sobre as pretensões do rei conduziu uma política que, na prática, levava à impossibilidade do seu regresso. Agregando todos os não legitimistas Bethlen, fundaria o seu próprio partido – Partido da Unidade Nacional – que em Maio de 1922 haveria de vencer as eleições com folgada maioria.

Porém, a questão legitimista perdera inegavelmente importância após a morte de Carlos em 1922 pois, não obstante ter deixado herdeiros, um pretendente¹⁸ não poderia jamais conseguir a devoção popular ligada a um rei sagrado e coroado.



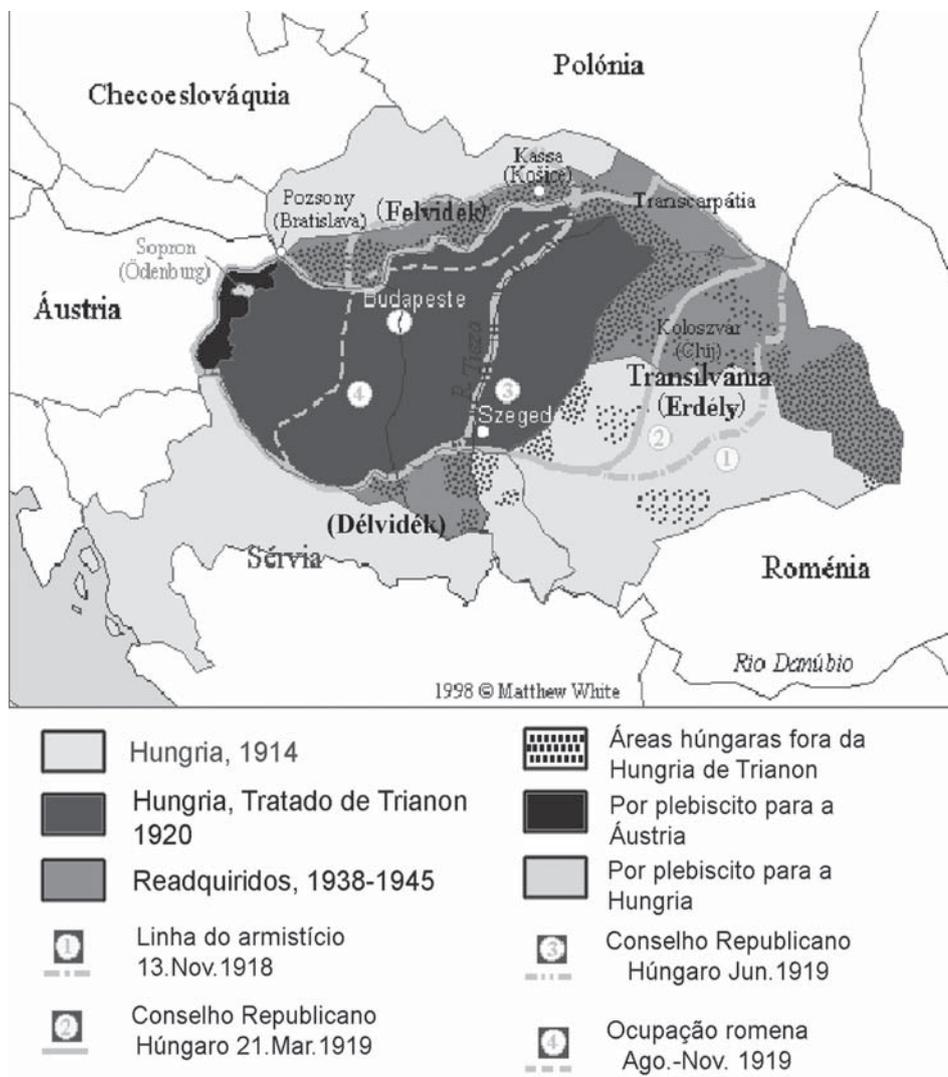
Conde Pál Teleki

Uma evolução determinada por um tratado iníquo. O Tratado de Trianon e o retalhar da Hungria

A paz imposta pelos poderes vitoriosos, após quatro anos esgotantes de guerra, duas violentas revoluções e uma predatória ocupação estrangeira, no Palácio de Trianon, em Versalhes, retiraram ao país – cuja área fora outrora maior que a da Itália ou da Grã-Bretanha, sendo mesmo o segundo país europeu após a Rússia – quase dois terços do seu território e com ele ao acesso às suas fontes de matérias-primas e infra-estruturas¹⁹.

¹⁸ O futuro arquiduque Otão de Habsburgo, nascido em 1912.

¹⁹ Sessenta e um por cento da terra arável, 88% da extracção de madeira, 62% das vias férreas, 83% do minério de ferro, 55% das indústrias e a totalidade das áreas de extracção de ouro, prata, cobre e sal.



Evolução do mapa da Hungria neste conturbado período

As determinações do tratado de Trianon²⁰, de 4 de Junho de 1920, impuseram (uma vez que não se verificou qualquer negociação, sendo as determinações ditadas pelo francês Clemenceu e aprovadas por Lloyd George e pelo Presidente Wilson) à delegação húngara, mantida sob prisão em Paris,

²⁰ Que conjuntamente com os tratados de Versalhes e Saint-Germain fixou as fronteiras dos Estados sucessores. De certo modo a quebra da monarquia dualista veio favorecer o ideal de autodeterminação do século XIX, com o surgimento de Estados pequenos mas de marcado pendor nacionalista.

impedida de apresentar os seus argumentos e de refutar as acusações que lhes eram movidas, e a mais de três milhões e meio de húngaros a subordinação a países estrangeiros²¹. A Hungria era verdadeiramente obrigada a ratificar o seu próprio desmembramento. Junto com cerca de 71% do seu território, a Hungria perdia, igualmente, cerca de 63% da sua população, que passava assim a viver fora do seu território, na Roménia, na Sérvia (denominada Jugoslávia após 1929), na recentemente criada Checoslováquia e até mesmo a Áustria receberia o seu quinhão (o actual Burgenland). Tudo isto feito em nome da autodeterminação, apesar de não se ter verificado qualquer consulta ou plebiscito às populações das áreas envolvidas

Surgia, então, para a Hungria um longo período de provações. Os aliados, embora sempre declarassem agir sob a bandeira da auto-determinação dos povos, haviam recusado os pedidos húngaros no sentido de serem realizados plebiscitos nas regiões a serem transferidas para os então designados Estados-sucessores e com, para eles, uma boa razão: pelo menos um terço daqueles colocados fora das fronteiras da Hungria eram puros húngaros étnicos.

Incapaz de se defender, o Estado húngaro assistia impotente ao novo Estado checo já militarizado ocupar-lhe as terras altas da Hungria, que assim se tornavam na parte eslovaca da nova Checoslováquia; de igual modo a Roménia – que sempre se mantivera armada – ocupava a Transilvânia e depois as terras baixas e eventualmente Budapeste e partes da Transdanúbia. Ao mesmo tempo que a Sérvia anexava a Croácia-Eslavónia no sudoeste.

A Hungria desmembrada via-se arrastada para uma dramática situação económica, caracterizada, entre outros aspectos, por uma inflação e desemprego galopantes, a que devemos somar o facto das novas fronteiras terem apartado a remanescente base industrial húngara das imprescindíveis fontes de matéria prima e dos mercados para os bens manufacturados e produtos agrícolas. Politicamente isolada, desarmada e rodeada de países inimigos, tornou-se num dos mais fracos e vulneráveis Estados da Europa central.

A revisão do tratado de Trianon – prioridade política do país - e consequente revisão territorial por meios pacíficos e o retorno à Hungria histórica tornar-se-iam, assim, os principais objectivos de qualquer política externa. Mas como os Estados vizinhos olhavam os húngaros como os seus principais inimigos internos e externos, milhões de húngaros forçados a um estatuto de minoria foram, desde então, sujeitos a uma violenta opressão, fugindo para o seu país. Nos finais de 1920 seriam já 400.000 os refugiados húngaros na nova Hungria que viviam em condições sub-humanas e traziam à depauperada pátria fenomenais problemas.

²¹ Dois milhões sob domínio romeno, 1 milhão sob domínio do novo Estado checo, meio milhão na Jugoslávia e cerca de 24.000 na Áustria.



“Justiça para a Hungria”



“Eliminemos Trianon”.



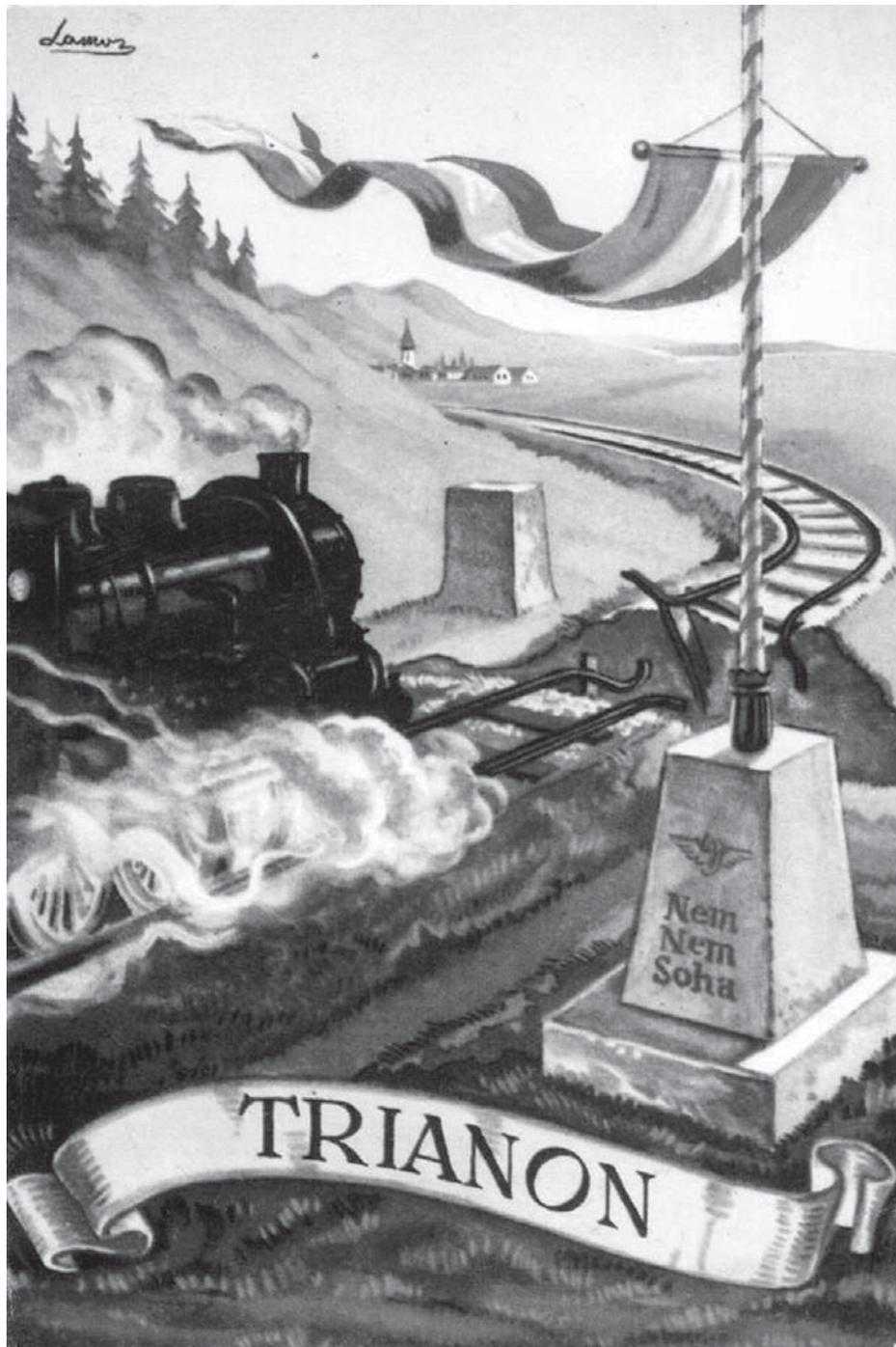
TRIANON, 1920. VI. 4.

A Hungria crucificada em Trianon.

“Ser húngaro não é a palavra, o nome, os antepassados ou a vida; apenas o coração e a alma”



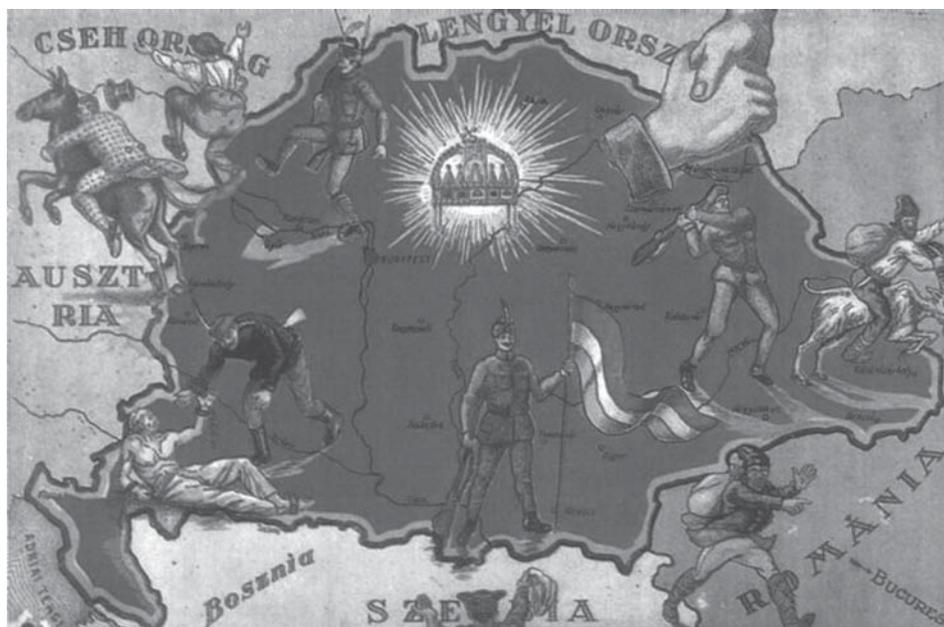
Imagem idílica do reagrupamento dos húngaros retalhados pelas fronteiras de Trianon



"Trianon. Não! Não! Nunca!"



"Justiça para a Hungria"



A Hungria restaurada expulsando os seus invasores

A recuperação interna apresentava-se, pois, como prioritária e dependia naturalmente da reconstrução financeira e a qual reconstrução o Ocidente era fundamental. Havia pois que, com extremo cuidado, não ofender vizinhos sem, porém, abdicar moralmente de quaisquer anseios revisionistas. Uma difícil gestão, sem dúvida, que se corporizou no pedido de admissão à Liga das Nações.

A Hungria pretendeu, com vista a solucionar os seus problemas e minimizar os efeitos das hostis nações vizinhas, aliar-se às potências ocidentais que lhe poderiam fornecer o desejado apoio para a urgente rectificação das injustiças do tratado que lhe fora imposto. Sob o ministério de Bethlen a Hungria haveria de aderir, não sem ter que superar enormes dificuldades, em Setembro de 1922, à Liga das Nações. Todavia, a indiferença foi a resposta à viragem da Hungria aos poderes ocidentais. Até os Estados Unidos da América, única das potências vencedoras que não subscreveu o tratado, haveria de se retirar de qualquer envolvimento no continente europeu, abandonando a Hungria à sua sorte.

O primeiro-ministro, um homem de estilo inequivocamente autoritário, embora não totalitário, restringiu as liberdades democráticas mas nunca perdendo de vista o principal anseio popular que era também o seu: a revisão completa do tratado de Trianon; mas entendia, por razões políticas, que tal reivindicação não poderia ser forçada²².

²² Na realidade, numa Europa subordinada aos aliados liderados pelos franceses e com os principais vizinhos aliados, e subordinados, à “Pequena Entente” (Checoslováquia, Roménia e Jugoslávia), uma Hungria isolada e fraca pouco poderia lograr. A recuperação do poder interno e consequente afirmação externa seriam primordiais.

Foi, ainda, celebrado um tratado de amizade com a Itália, em 5 de Abril de 1927, que provou ser um bom ponto de partida para uma política internacional mais activa, embora a Itália, nesse mesmo período, tenha celebrado tratados análogos com alguma generosidade em toda a Europa central²³.

Bethlen negociou um empréstimo de reconstrução, parecido com o que fora concedido à Áustria, embora obrigado a subscrever uma declaração na qual a Hungria se comprometia a aceitar e cumprir as determinações e obrigações do tratado de Trianon. Traição aos princípios ou realismo político são duas imagens indissociáveis de tal decisão. O documento de empréstimo da Liga, assinado em 24 de Março de 1924, contemplava porém o compromisso dos aliados em abdicarem do estipulado no tratado relativamente à hipoteca de todos os recursos e activos da Hungria e à renegociação das indemnizações de guerra devidas. O efeito deste êxito foi imediato. O dinheiro entrava na Hungria não apenas devido ao empréstimo negociado mas ainda provindo de investidores privados estrangeiros que aí investiam visando, obviamente, um rápido e significativo lucro. Também os capitais internos que haviam fugido por receio para o estrangeiro regressavam agora ao país.



Distintivo de cavaleiro da *Vitézi Rend* (Ordem dos Heróis)

A inflação foi contida, os orçamentos recuperados e a agricultura, embora continuasse a ser ainda a coluna vertebral do país, assistia em 1926 a um considerável surto de industrialização. A recuperação, não apenas económica e financeira, mas também socio-política estava em curso, e um restrito grupo de homens seleccionados pela sua lealdade ao regime haveria de constituir a base da “Ordem dos Heróis” (*Vitézi Rend*)²⁴.

Porém, a crise de 1929 abalou profundamente os dois pilares sobre os quais Bethlen erguera a recuperação do país: a manutenção do crédito internacional até que a Hungria o pudesse dispensar e a manutenção de uma política de preços elevados nos mercados internacionais, favorável às suas exportações. O governo ainda conseguiu protelar os impactos durante algum tempo, prova disso o facto de

²³ Este tratado reflectia um período de estreitamento de relações entre ambos países, mas marcava igualmente um estilo de intervenção diplomática do fascismo italiano junto dos países descontentes com os tratados de paz, contra a “Pequena Entente” e a França.

²⁴ A “Ordem dos Bravos” ou dos “Heróis” (o substantivo *vitéz* possui diversos significados em húngaro), foi a primeira e mais importante ordem instituída após a derrota húngara na Primeira Guerra. Estabelecida pelo édito nº 6650/1920, do primeiro-ministro Teleki, nomeava como seu comandante o regente Horthy. A ordem manteve-se no exílio (<http://www.users.bigpond.com/jtassanyi/>) e foi recentemente reinstituída na Hungria.

em Junho de 1931 ter ganho de novo as eleições. Mas a fantástica depressão rapidamente varreu todos os proveitos da década anterior ameaçando, ainda, a situação política e social e tal haveria de determinar que, logo em 19 de Agosto de 1931, Bethlen resignasse.

Em 23 de Agosto haveria de lhe suceder o conde Gyula Károlyi, determinado a cumprir os desígnios da Liga das Nações, mas com as crescentes medidas de contenção o descontentamento alastrou e as greves e manifestações apoderavam-se das fábricas e ruas, nos campos o endividamento atingia níveis gravíssimos e o desemprego alastrava entre a população. Este descontentamento generalizado levou a um crescimento da direita radical e a um aumento do anti-semitismo (devido ao facto de ser esta etnia que detinha o quase total monopólio do crédito na Hungria e cujas posições no comércio e indústria haviam barrado o emprego a muitos dos descontentes).

A Hungria nas vésperas do segundo conflito mundial

Estes factos históricos foram determinantes para a actuação política do conservador regente Horthy que, paulatinamente, se deixava seduzir pelas vantagens que poderia colher para o seu país junto dos regimes fascista e nacional-socialista que haveriam de se revelar seus aliados conjunturais. Na realidade, desde meados da década de 30 que a Hungria se encontrou envolvida num verdadeiro turbilhão político, “entalada” entre as crescentemente mais agressivas Alemanha nacional-socialista e a União Soviética comunista, seria forçosamente obrigada à colagem a um desses blocos. Não constituirá estranheza, pois, que o seu governo autoritário e conservador, embora claramente não fascista e ainda menos nacional-socialista, acabasse por se colar ao crescente protagonismo de Hitler, fundamentalmente na esperança de reaver o território perdido após a Grande Guerra, grande desígnio nacional húngaro de então. Poderemos asseverar que entre 1938 e 1941 tal política foi parcialmente bem sucedida, mas, como sabemos, a Hungria acabaria por entrar na 2ª Grande Guerra do lado dos países do Eixo.

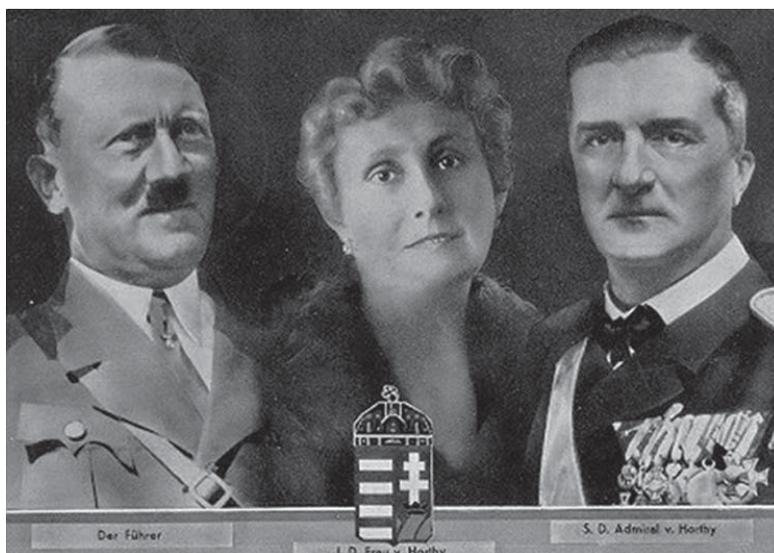
Os governos alternavam²⁵ e com eles a postura de maior aproximação ou distanciamento relativamente à Alemanha. Aproximação que se torna particularmente evidente com a nomeação, em 4 de Outubro de 1932, pelo regente, de Gyula Gömbös como primeiro-ministro. Gömbös estabeleceu acordos comerciais com a Alemanha, que permitiram à Hungria sair da recessão mas que

²⁵ Após a queda de Bethlen e apenas em catorze anos a Hungria conheceu dez primeiros-ministros: o conde Gyula Károlyi (19 de Agosto de 1931 a 4 de Outubro de 1932); Gyula Gömbös (4 de Outubro de 1932 a 6 de Outubro de 1936); Kálmán Darányi (2 de Novembro de 1936 a 14 de Maio de 1938); Bela Imrédy (14 de Maio de 1938 a 16 de Fevereiro de 1939); o conde Pál Teleki (16 de Fevereiro de 1939 a 3 de Abril de 1941); Lászlo Bárdossy (3 de Abril de 1941 a 7 de Março de 1942); Miklós Kállay (9 de Março de 1942 a 23 de Março de 1944); Dome Sztójay (23 de Março a 29 de Agosto de 1944); Géza Lakatos (29 de Agosto a 15 de Outubro de 1944) e Ferenc Szálasi (16 de Outubro de 1944 a 28 de Março de 1945).

a colocaram numa maior dependência do *Reich*.

Em 14 de Maio de 1938 era nomeado primeiro-ministro Imrédy e o seu governo procurou melhorar as relações diplomáticas com o Reino Unido, o que lhe valeu alguma animosidade da Alemanha e da Itália. Quase garantidamente conhecedor dos projectos de anexação da Áustria (*Anschluss*) compreendeu, porém, que não poderia hostilizar aquelas potências e, de facto, no Outono de 1938 a sua política tornou-se muito mais próxima dos interesses do Eixo. Podemos, não obstante, dizer ser quase impossível à Hungria ter evitado a atracção da Alemanha nazi, vizinha do país após a anexação da Áustria em 13 de Março de 1938, e que provocou manifesta efervescência entre os pró-nazis húngaros contra o governo. O cenário internacional não era, igualmente, favorável num período em que a Grã-Bretanha e a França tentavam a conciliação com a Alemanha. Seduzido, Horthy deslocar-se-ia em visita oficial à Alemanha, em Agosto, após a anexação da Áustria, sendo-lhe solicitada a autorização para eventual passagem de tropas alemãs, o que foi recusado.

A posição do governo húngaro era então de observação de neutralidade que apenas quebraria para defesa de qualquer agressão, reserva que se compreendia num momento em que a Checoslováquia guarnecia militarmente a fronteira com a Hungria, facto que, de acordo com informação do nosso ministro²⁶, mereceu imediato protesto em Praga e a diligência junto do governo inglês para, no caso da questão dos sudetas ser submetida a plebiscito, a mesma garantia ser dada à minoria húngara (M.s/n/T. n.º 8).



Postal com o almirante Horthy, sua mulher e o *Führer*

²⁶ Acreditado em Budapeste o ministro José da Costa Carneiro residia, efectivamente, em Viena.

Mas a Hungria tornara-se elemento indispensável no equilíbrio regional e a 20 de Setembro o regente, o primeiro-ministro e o ministro dos negócios estrangeiros partem de avião para a Alemanha, para conferenciarem com Hitler, na opinião do nosso ministro, estando ligada esta deslocação com as recentes declarações de Mussolini sobre a crise checa. Regista, ainda, que há alguns dias se verifica grande movimento de tropas nos arredores de Budapeste em direcção à fronteira, estando no dia 21 projectada uma grande manifestação em favor da minoria húngara na Checoslováquia (M. s/n/T. n.º 9).

O cenário tornava-se particularmente mais difícil após o acordo de Munique (29 de Setembro de 1938) em que Chamberlain e Daladier deixaram a Hitler e Mussolini a arbitragem do assunto das zonas da Checoslováquia com população húngara e os húngaros apresentariam as suas reivindicações ao governo checoslovaco.

Como o entendimento não fosse logrado, Budapeste e Praga viraram-se para o árbitro da Alemanha e Itália. Pela Decisão/Acordo de Viena de 2 de Novembro de 1938, Ribbentrop devolveria 12.103 km² dos territórios perdidos em Trianon, obrigando a Checoslováquia a entregar o sul da Eslováquia e a área da Ruténia Sub-Carpática (hoje na Ucrânia) à Hungria (*Felvidék* em húngaro). Hitler ainda prometeu transferir todos os territórios da Eslováquia para a Hungria, mas esta oferta foi rejeitada por Horthy que pretendeu seguir uma política de revisão territorial em consonância com as questões étnicas. Não é de estranhar, então, que tal facto tenha feito elevar extraordinariamente a popularidade dos árbitros na Hungria. Este acontecimento haveria de dar início à instituição de um conjunto de três medalhas, genericamente denominadas de “Comemorativas da recaptura de áreas do país” e que de algum modo vão corporizar e espelhar os desejos territoriais que haviam constituído o principal móbil da política do país desde o Tratado de Trianon. De facto, quer tendo por base os acordos de Viena, quer devido a acções militares, territórios outrora pertencentes ao país foram anexados à autoridade húngara. As medalhas pretenderam deixar para a memória essas importantes ocasiões com distintivos a serem outorgados aos militares envolvidos na recaptura.

A primeira dessas medalhas, em bronze, foi a Medalha Comemorativa da Libertação da Hungria do Norte (*Felvidéki Emlékérem*), no anverso a imagem de Rákóczi Ferenc orlada da legenda: Pela Pátria e Liberdade Rákóczi, no reverso a legenda: Em memória da libertação da Hungria do Norte 1938.

A situação em 1939 estava longe da estabilidade na região. Na realidade, por telegrama de 6 de Janeiro o nosso ministro plenipotenciário José da Costa Carneiro dava conta de movimentações checoslovacas com ocupação de territórios atribuídos à Hungria que, de imediato, os reocupou. Os pequenos incidentes de fronteira tornavam-se frequentes (M. 187/T. n.º 1).



Felvidéki Emlékérem

Em 14 de Março o governo húngaro entregava ao representante diplomático checoslovaco na capital um ultimato relativo à libertação das minorias húngaras em território checo e instando à evacuação da Ruténia Sub-Carpática no prazo de 24 horas, o que deu origem a um incidente fronteiriço. Comentava o nosso ministro “Não sei qual a atitude Alemanha mas não é provável este governo tenha procedido sem Berlim e sem colaboração Polónia” (M. 187/T. n.º 11). Na mesma data dava conta de que o governo húngaro procedia de acordo com a Alemanha (M. 187/T. n.º 12). A 17 de Março o governo proclamava a anexação da Ruténia e Estio, dando conta de tal facto aos países limítrofes

Em 15 de Março de 1939 a Checoslováquia em desintegração era finalmente dissolvida e a Hungria, que de imediato reconheceu o Estado eslovaco de Jozef Tiso, ocuparia o resto da Ruténia Sub-Carpática, ficando assim com fronteira com a Polónia. O nosso ministro em Budapeste, a 20 de Março, dá conta da mobilização de efectivos “em proporção que não pode ser explicada pelas necessidades de ocupação militar da Ruténia e que alarmam vivamente a opinião” (M. 187/T. n.º 16), efectivamente, em 23 de Março, as divergências com a Eslováquia relativas às fronteiras orientais conduziram a um conflito entre os dois países, de 23 de Março a 4 de Abril, conhecido como Guerra Húngaro-Eslovaca ou “Pequena Guerra” e que terminou com a vitória húngara e cedência de uma faixa de terreno na extremidade oriental da Eslováquia.



Alterações territoriais eslovacas:

- 1 – Devin e Petržalka, pertencentes à actual Bratislava, anexadas pelos alemães em Outubro de 1938.
- 2 – Eslováquia do Sul, cedida à Hungria pelo Primeiro Acordo de Viena.
- 3 – Zona de protecção alemã (*Schutzzone*), ocupada na sequência do tratado de protecção celebrado com a Eslováquia.
- 4 – Faixa de terra do leste eslovaco, anexado pela Hungria em 4 de Abril de 1939.

As relações da Hungria com Portugal intensificam-se com a nomeação em Lisboa de ministro plenipotenciário, na pessoa do já residente Wodianer de Maglod. E no Outono deste ano, em 31 de Outubro, chegava a Budapeste o ministro plenipotenciário residente Carlos Almeida Fonseca de Sampaio Garrido. A Hungria passava a contar com uma representação diplomática permanente e tal confere-nos um notável manancial de informação sobre a complexa evolução da história do país.

Recém chegado, Sampaio Garrido, nos seus telegramas, dá-nos conta do apreço em que era tido o “Estado Novo” entre a elite dirigente da Hungria e muito particularmente a figura do presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar. Num curioso telegrama, de 8 de Fevereiro de 1940, refere mesmo que o primeiro-ministro, o conde Pál Teleki, muito gostaria de receber os seus *Discursos*, solicitando que Salazar lhes enviasse com dedicatória (M. 196/T. n.º 6). A 15 de Junho o primeiro-ministro húngaro haveria de agradecer tal envio, solicitando mesmo a permissão para a elaboração de uma edição húngara que o próprio prefaciaria (M. 196/T. n.º 28). Em 3 de Janeiro do ano seguinte, Sampaio Garrido haveria de informar as Necessidades que havia sido publicada a obra de Salazar, prefaciada por Teleki e que a mesma merecera “grande agrado do público” (M. 210/T. n.º 1).

Mas, questões editoriais à parte, a complexa situação na área agudizava-se disso nos dando igualmente conta o nosso ministro em Budapeste. Não lhe escaparam as crescentes pressões alemãs, nem o incremento da propaganda nazi, embora lembrando que, atentamente, a política da Alemanha relativamente

àquele país tendia a “não deixar morrer espírito reivindicações territoriais para a aproveitar momento oportuno” (M. 196/T. n.º 14). Nos meses de Maio e Junho com clareza detecta as mobilizações que haveriam de espoletar a questão que conduziria ao Segundo Acordo de Viena, embora nem sempre acertando no exacto rumo territorial dos acontecimentos. A Eslováquia surgia como hipótese mais evidente. A 6 de Maio de 1940, afirmava mesmo que provavelmente dentro de pouco tempo a Hungria ocuparia a Eslováquia (M. 196/T. n.º 20), para acrescentar no dia 14 que, em confirmação do telegrama anterior, a Hungria secretamente começara a mobilização concentrando tropas na fronteira da Eslováquia (M. 196/T. n.º 22). “Erro” que começa a desfazer em comunicação de 29 de Junho, a mobilização geral é decretada, interrogando-se sobre a eventualidade de guerra com a Roménia (M. 196/T. n.º 30), mas no início de Julho informa que consta que o exército húngaro se apoderara, sem resistência, de duas das maiores cidades da Transilvânia perto da fronteira (M. 196/T. n.º 31).

Neste conturbado mês de Junho, o ministro de Portugal noticia ainda, no dia 3, que se vislumbra uma provável substituição do primeiro-ministro (o que na realidade só viria a ocorrer em Abril do ano seguinte) e que tal poderia afectar a política alemã no país. Afirmando, contudo, que a Hungria ligará o seu destino político ao Eixo Roma–Berlim caso a Itália entre na guerra (M. 196/T. n.º 30), o que, como sabido, só veio a suceder em 11 de Julho de 1940.

Em 23 de Julho, Sampaio Garrido, comunica que o ministro dos negócios estrangeiros húngaro lhe dissera aguardar dentro de oito dias uma resolução favorável para a questão da Transilvânia, dando a entender que se a política do Eixo divergisse dos objectivos húngaros o país defenderia os seus direitos pela força das armas (M. 196/T. n.º 35).

Em 24 de Agosto com tropas estacionadas em ambos os lados da fronteira húngaro-romena, o nosso ministro classificava a situação de muito grave entre os dois países (M. 196/T. n.º 39). Um conflito de maior dimensão terá sido apenas evitado pelo Segundo Acordo de Viena, em 30 de Agosto de 1940, a Alemanha e a Itália obrigavam a Roménia a entregar à Hungria metade da Transilvânia (posteriormente designada como Transilvânia do Norte, *Erdély* em húngaro), cerca de 43492 km² de território, permitindo-se, assim, o reagrupamento de grandes massas de população húngara (M. 196/T. n.º 41). Para comemorar esta incorporação era instituída uma medalha em 1 de Outubro de 1940, cunhada em metal de guerra, a Medalha Comemorativa da Libertação da Transilvânia (*Erdélyi Emlékérem*). Representando no anverso a efígie do rei Matias Corvino (1458-1490), orlada pela legenda: Em memória da libertação de parte da Transilvânia, e no reverso as armas da Transilvânia (ou Siebenbürgen na tradicional designação austríaca), acompanhadas pela inscrição Matias Corvino no 500.º aniversário do seu nascimento; em legenda acompanhando o bordo da medalha: No 20.º ano do bravo condutor Miklós Horthy de Nagybányai.



Erdélyi Emlékérem

Os acordos de Viena, ao servirem os propósitos da política externa húngara; exigiam como contrapartida a entrada da Hungria na guerra ao lado das potências do Eixo. Demonstravam a habilidade diplomática de Hitler que suscitaria a desejável germanofilia entre húngaros e romenos: os primeiros para obterem o resto da província, os segundos para recuperarem a parte que haviam sido obrigados a ceder (Bogdan 2006: 46).

As reacções na área ao Acordo de Viena foram diversas. Se o rei da Bulgária prometia em Novembro assinar o acordo, a progressiva concentração de tropas alemãs junto à fronteira da Jugoslávia não parecia deixar dúvidas de que aquele país não se dispunha a subscrever o mesmo. E tropas alemãs continuavam a atravessar a Hungria, durante o mês de Dezembro igualmente com destino à Roménia (M.196/T. n.º 52).

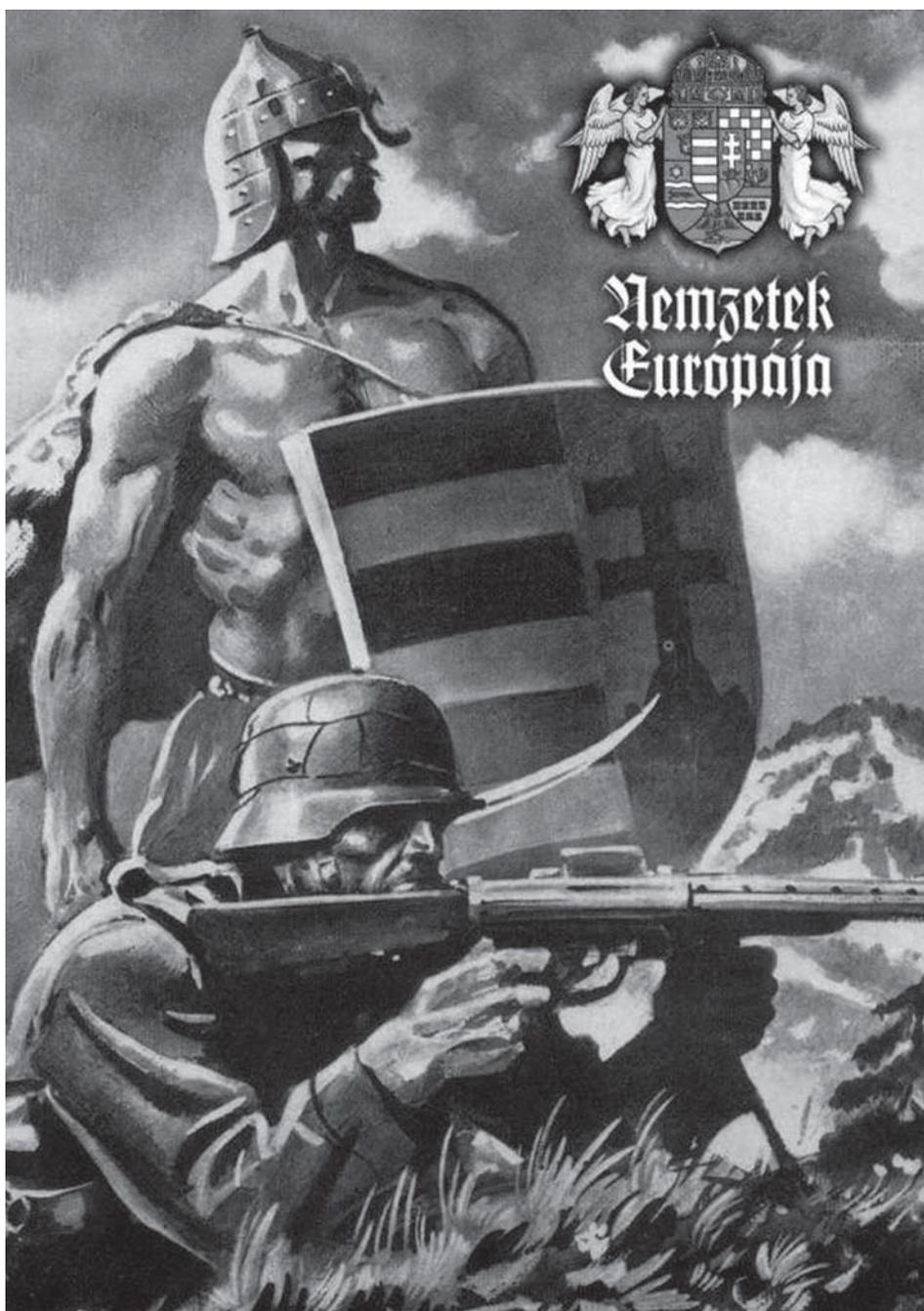


Imagem de soldado húngaro sob protecção de guerreiro magiar de outros tempos.

A Hungria na Segunda Guerra Mundial

A 20 de Novembro de 1940, sob pressão alemã, o primeiro-ministro Pál Teleki enfileirava a Hungria no Pacto de Aço, facto que foi recebido com frieza pela população (M. 196/T. n.º 50)²⁷. Em 10 de Dezembro era assinado o efémero Tratado de Amizade Perpétua com a Jugoslávia. Porém o golpe pró-britânico na Jugoslávia, em 27 de Março, ameaçava o sucesso da invasão da Grécia e a diplomacia alemã pediu à Hungria apoio na invasão da Jugoslávia, negociando, uma vez mais, com a devolução de territórios perdidos após a Primeira Grande Guerra: a Voivodina e o Banat. Explorando o sucedido, a imprensa húngara divulgava no último dia do mês de Março uma campanha contra a Jugoslávia por pretensos maus tratos à minoria húngara (M. 210/T. n.º 19).

Incapaz de se opor às crescentes exigências do governo alemão, Teleki suicidou-se a 2 de Abril de 1941. Dando conta do sucedido, Sampaio Garrido acrescenta que corriam rumores de que o regente abdicaria (M.210/T. n.º 22). A Teleki sucederia o radical de direita Lászlo Bárdossy. Alguns dias depois, a *Luftwaffe* bombardeava Belgrado e as tropas alemãs invadiam a Jugoslávia. A 8 de Abril, o ministro português dava conta que se afirmava em Budapeste que a Alemanha exigia a mobilização de 500000 homens para manter a ordem na Jugoslávia após a ocupação (M.210/T. n.º 24). A 11 de Abril, Horthy enviava o 3.º Exército Húngaro e receberia, na realidade, algumas pequenas porções da Eslovénia e da Sérvia. Após estes acontecimentos, a 15 de Abril, Sampaio Garrido constata que o regente e o governo cedem a quase todas as exigências da Alemanha, verificando-se o emprego em combate de tropas húngaras com a ocupação de Bacska, entre o Danúbio e Tizsa (M.210/T. n.º 26).

Nem este clima de guerra fazia diminuir na Hungria o interesse por Portugal e por Salazar e, em 24 de Maio, era publicada uma brochura prefaciada por Joãos Gacs com um resumo do pensamento de Oliveira Salazar (M. 210/T. n.º 33).

Após o início da guerra na “Frente Leste” (Junho de 1941), muitos oficiais húngaros mostravam-se favoráveis à intervenção militar activa sob pena de Hitler poder beneficiar os romenos na disputa das fronteiras da Transilvânia. A Hungria entrava na guerra em 1 de Julho de 1941. Importa lembrar, aliás, que a questão romena será um problema recorrente em todos estes anos. Se ambos países eram aliados da Alemanha, jamais a Hungria deixou de aspirar a ver integralmente rasgado o tratado de Trianon para o que importaria a reivindicação da restante parte da Transilvânia.

Quase de imediato entraram as suas forças bem no interior do sul da União Soviética. Na batalha de Ulman (15 de Julho a 8 de Agosto de 1941), o Corpo Mecanizado Húngaro (Gyorshadest) participou activamente no cerco do 6.º e 12.º Exércitos soviéticos, do qual resultou a captura ou destruição de vinte divisões

²⁷ Sampaio Garrido refere, num telegrama de 3 de Novembro, que as autoridades haviam descoberto uma conspiração dos nacional-socialistas húngaros que visavam aprisionar o regente (M. 196/T. n.º 49).

soviéticas (cerca de 100000 prisioneiros e igual número de mortos ou feridos). Embora, no primeiro dia de Setembro, Sampaio Garrido informe que de recentes contra-ataques russos resultaram consideráveis perdas para o exército húngaro (M. 210/T. n.º 38).

Os aliados alemães insistiam numa mobilização geral, escudando-se o governo húngaro na incapacidade para os equipar convenientemente e comprometendo-se, apenas, a enviar duas divisões para a Jugoslávia, onde o exército italiano se revelava incapaz de controlar a situação (M.210/T. n.º 38).

Os sucessos iniciais da guerra permitiram a recaptura do sul da Hungria e por essa ocasião, em 4 de Setembro de 1941, foi instituída nova medalha em “metal de guerra”, a Medalha Comemorativa da Recuperação da Hungria do Sul (*Délvidéki Emlékérem*) para comemorar o feito. No anverso a efígie do regente Janos Hunyadi (1445-1456) de armadura a cavalo, com a legenda: Em memória da recuperação da Hungria do Sul; no reverso três escudos de armas: no topo as armas coroadas da Hungria, acompanhadas à esquerda pelas armas de Hunyadi e à direita pelas do regente Horthy, orlando o conjunto a legenda: No 22.º ano do bravo condutor Miklós Horthy de Nagybányai.



Délvidéki Emlékérem

Ao terminar o ano de 1941 eram evidentes as vantagens territoriais da Hungria, que como se vem afirmando, correspondiam ao seu principal pilar político e óbvias as vantagens da ligação à Alemanha e à política externa global do Eixo.



Os ganhos territoriais húngaros até 1941

O ministro português relata em 15 de Dezembro o significativo regresso de tropas húngaras enviadas para a frente russa (M. 210/T. n.º 42), que poucos meses depois, 29 de Abril, devido a uma activa mobilização, seriam substituídos por outros contingentes enviados para leste, assegurando-se, porém, que o auxílio não excedesse os 300000 homens (M. 222/T. n.º 11).

Preocupado com o crescente envolvimento húngaro e face à iminência da Alemanha poder vir a perder a guerra, em Março de 1942, Horthy forçou a demissão de Bárdossy e promoveu a sua substituição por Miklós Kállay, um conservador veterano do governo de Bethlen. Embora mantendo a política de apoio à Alemanha contra o Exército Vermelho, Kállay iniciou paralelamente as negociações com os aliados ocidentais.

No decurso da batalha de Estalinegrado (28 de Junho de 1942 a 2 de Fevereiro de 1943) o 2º Exército Húngaro sofreu terríveis perdas. A penetrante ofensiva soviética no rio Don cortou a meio as unidades húngaras, o que causou enorme agitação na opinião pública. Na realidade, após a queda de Estalinegrado o 2º Exército Húngaro deixou praticamente de existir como unidade militar, embora os jornais fossem unânimes em considerar os feitos gloriosos praticados na frente e o inegável valor dos soldados húngaros.

Ainda no auge da guerra, novas notícias do interesse por Portugal e Salazar. A 24 de Julho de 1942, o ministro de Portugal informa que dentro de alguns dias será publicado um livro de um conceituado jornalista, Elemer Pajzs, intitulado *Salazar. O grande construtor* (M. 222/T. n.º 24)²⁸.

Em Agosto, corria o boato de que, uma vez mais, o regente abdicaria,

²⁸ Em 25 de Setembro serão mesmo adquiridos 500 exemplares da obra para serem distribuídos por bibliotecas, universidades e escolas (M. 222/T. n.º 43)

entregando o governo ao seu filho István para tal já sufragado pelo parlamento. Todavia, a 20, o nosso ministro noticiava a morte deste num desastre de aviação na frente russa (M. 222/T. n.º 34), o que impossibilitava tal hipótese.

Em 5 de Setembro de 1942, Budapeste era bombardeada pela primeira vez por aviões russos, desse ataque resultando 41 mortos e 100 feridos (M. 222/T. n.º 38), e repetindo-se os bombardeamento quatro dias depois, a nove (M. 222/T. n.º 39).

Segundo informações da nossa legação em Budapeste, em 19 de Janeiro de 1943, citando fontes do Estado-Maior Húngaro o número de baixas elevava-se, entre mortos, feridos e desaparecidos, a cerca de 30000 homens, o que motivou uma reunião do conselho de ministros para análise de tão delicada situação (M.

237/ T. n.º 6). Rectificando-se esse número, em 22 de Fevereiro, para próximo dos 50000, o que determina a recusa do governo em enviar mais tropas para a frente russa (M. 237/T. n.º 11)²⁹, o que aliás era insistentemente pedido por certos sectores da elite húngara.

Ainda em 22 de Fevereiro o governo dava instruções ao ministro no Vaticano para aí manifestar o desejo húngaro de paz bem como a política de tolerância face à questão judaica e explicando que a conduta da Hungria em matéria de política externa era consequência da sua delicada situação face às constantes e fortes pressões da Alemanha (M. 237/T. n.º 13).

Mas a delicada posição húngara levava de facto, a avanços e recuos constantes. Assim a 19 de Março era interdita a publicação do jornal do Partido Nacional-Socialista Húngaro, bem



Imagem do Natal de guerra, “O Natal combatente pela defesa nacional e pelo povo”.

²⁹ Em 5 de Abril esse número é rectificado já para mais de 80000 (M. 237/T. n.º 18).

como de outras publicações alemãs por força de artigos que atentavam contra a segurança do Estado húngaro (M. 237/T. n.º 16). A 13 de Abril circulavam boatos sobre a eventual abdicação do regente e de uma eventual ocupação do país pelos alemães, crescendo nesta altura e tensão entre os dois governos por motivo da recusa húngara em enviar efectivos contra os sérvios (M. 237/T. n.º 19). Dias mais tarde, a 17 de Abril, o regente partia para o quartel-general de Hitler – o famoso *Wolfsschanze*, na Polónia – acompanhado do chefe do Estado-Maior húngaro. O nosso ministro em Budapeste relata a convicção de que Hitler solicitara a mobilização geral, tendo-o recusado o regente alegando a impossibilidade de apetrechamento do exército, ao que Hitler propusera a integração no exército alemão, o que foi recusado. Para Sampaio Garrido tratava-se sobretudo de modos de ganhar tempo à semelhança do que ocorria com a Bulgária (M. 237/T. n.º 23). A verdade é que a 28 de Abril tropas alemãs concentravam-se no sul da Hungria, em Pecs, oriundas de Viena.

Numa proclamação pública, a 28 de Abril, o primeiro-ministro reconhece graves perdas entre as suas forças, elogiando porém a bravura do soldado húngaro e prometendo organizar um novo corpo de exército (M. 237/T. n.º 28).

Em 10 de Junho correm notícias de que o primeiro-ministro será demitido por se revelar pessoa não grata ao governo alemão, enquanto o regente e o ministro da guerra se opõem à continuação da participação na frente russa (M. 237/T. n.º 30).

Em 27 de Agosto, a mobilização parcial é decretada com o propósito de defesa da integridade territorial húngara, prevendo-se um agravamento das relações com a Roménia por causa da Transilvânia (M. 237/T. n.º 49).

Não obstante as dificuldades políticas e militares, o nosso ministro transmite, nessa mesma data, o interesse local em, após os discursos de Salazar, se conhecer a Constituição da República Portuguesa, solicitando o envio de sua edição em alemão, pois queriam conhecer os grandes princípios constitucionais que regiam o nosso país (M. 237/T. n.º 12). E, em 21 de Setembro, a rádio Sol Húngaro solicitava o envio de discos de músicas portuguesas pois pretendia comemorar o 5 de Outubro (M. 237/T. n.º 59).

Face às evidentes hesitações do governo húngaro, da nossa legação em 10 de Setembro, chegam notícias de que o governo alemão ameaçava ocupar a Hungria caso esta não cumprisse os compromissos assumidos, classificando-se a situação como muito delicada (M. 237/T. n.º 54). Na realidade, a 12, face à saída da Itália do Eixo, reúne-se o conselho de Estado para discutir a situação após tal abandono. A opinião é de que a Hungria deve declarar extinto o pacto tripartido. A Alemanha de imediato informou que, caso tal opinião fosse divulgada, se veria obrigada a ocupar de imediato e na totalidade o território húngaro. As opções não eram fáceis para a Hungria, num momento em que a Inglaterra ameaçava bombardear o território caso a Hungria não rompesse com a Alemanha (M. 237/T. n.º 55).

A questão italiana causara, na realidade, alguma problemática e tal revelou-se complexo para a Hungria, como para tantos outros Estados europeus, mais sentido porém devido à sua já referida complexa localização geográfica. Face à mudança de campo da Itália, o governo chama o seu ministro em Roma e restante

peçoal diplomático de modo a evitar que, por pressão alemã, fossem enviados para norte para junto da República Social Italiana (RSI) de Mussolini. Deixa pois a Hungria de estar representada junto de qualquer das Itálias³⁰. Previa-se que, se a pressão alemã fosse demasiada, se enviaria como representante junto da RSI o cônsul geral em Milão. Face à pressão alemã convidando a Hungria a reconhecer o governo de Mussolini, a Hungria respondia que reconhecia a existência do seu governo, escusando-se a maior compromisso (M. 237/T. n.º 70).

Em 25 de Outubro soa o alerta na capital. Aviões britânicos bombardeavam o sul e o ocidente da Hungria (M. 237/T. n.º 74). A situação agravava-se no país mas, ainda em 8 de Fevereiro de 1944, o nosso ministro negava notícias de evacuação da capital, afirmando que a vida segue normalmente³¹, não obstante a crescente preocupação com um massivo ataque russo, o que motivou o envio de contingentes húngaros para a defesa da importante área estratégica dos Cárpatos húngaros (M. 251/T. n.º 10).

Mas a guerra não fazia esmorecer o interesse húngaro pela situação política de Portugal e em 15 de Fevereiro o nosso ministro informava que o já referido escritor húngaro Elemer Pajzs³² lhe apresentara o manuscrito do seu segundo livro sobre o nosso país a publicar em breve com o título sugestivo de *Terras de Salazar* (M. 251/T. n.º 12).

As negociações secretas com americanos e britânicos continuavam, embora recusando-se o entendimento com os soviéticos. Consciente das actuações de Kállay e temendo que a Hungria celebrasse uma paz separada, após um crispado encontro de Horthy com Hitler em Berchtesgarden em 18 de Março de 1944 a ruptura consumava-se e no dia seguinte as tropas alemãs no decurso do esforço de guerra e numa tentativa de afastar a guerra das fronteiras do país, ocupavam-no, estava concluída a Operação Margarida. O nosso ministro em telegrama para as Necessidades comenta que constava que o governo pediria a demissão (M. 251/T. n.º 17).

Em 20 de Março completava-se a ocupação militar efectiva, sem resistência húngara, ao que se dizia devido à ameaça alemã de bombardeamento em caso de reacção (M. 251/T. n.º 18). Nesta mesma ocasião Sampaio Garrido informa Lisboa das dificuldades em constituir governo, correndo, porém, a ideia que a chefia do mesmo deveria recair no ministro da Hungria na Alemanha – Dome Sztójay – que já regressara àquela capital (M. 251/T. n.º 18).

A 23 de Março, Dome Sztójay, apoiante confesso dos nazis, tornava-se no novo primeiro-ministro, acumulando ainda a pasta dos estrangeiros, com a assistência do governador militar alemão, Edmund Veessenmayer³³ e Horthy era, de acordo com

³⁰ Em Budapeste, como seguramente em muitos outros postos diplomáticos italianos, verificara-se uma cisão com membros afectos ao governo de Mussolini e outros afectos ao governo do rei.

³¹ Não obstante, na mesma data, refere já os planos do governo húngaro para instalar o corpo diplomático nas proximidades do lago Balaton.

³² Para quem, por razão de perseguição política, em 30 de Maio deste ano, solicitará a emissão de nacionalidade portuguesa atendendo à notável propaganda realizada em prol de Portugal (M. 251/T. n.º 59).

³³ Nesta ocasião, pela primeira vez, o nosso ministro refere que a Gestapo exerce perseguições e

a maioria das versões, colocado em prisão domiciliária. Todavia o nosso ministro informa as Necessidades, respondendo a pergunta do ministério, em 27 de Março que o regente continua em Budapeste, sendo desprovidos de fundamento as notícias do seu afastamento (M. 251/T. n.º 20), informando ainda ser o presente governo constitucional. Refere, ainda, que a entrada das tropas alemãs na Hungria se deveu a um estratagema: fora enviada uma mensagem ao Estado-Maior húngaro dizendo que o regente assinara um acordo com Hitler o que, sendo falso permitiu atingir aquele objectivo, porém, de imediato, se levantaram questões de soberania entre as autoridades militares húngaras e o comando alemão.

A 31 de Março, Sampaio Garrido informa que o regente se encontra em exercício embora sem efectivo poder de chefe de Estado. Pela primeira vez se infere o seu desejo (ou a ordem) de abandonar a Hungria³⁴, pedindo autorização para atravessar a Alemanha, Suíça e França e aguardando que “caso não seja enviado secretário da legação” o informem a quem deve “entregar o arquivo e confiar a protecção dos cidadãos brasileiros aqui residentes” (M. 251/T. n.º 21).

A partir de 3 de Abril tornavam-se já constantes os bombardeamentos à capital, sobretudo na área industrial, a estação central de caminhos-de-ferro é completamente inutilizada, sendo igualmente bombardeadas outras localidades. Pela primeira vez o governo torna pública a necessidade de evacuação geral. Em 10 de Abril o governo, na sequência da intensificação dos bombardeamentos, pede aos chefes de missão que procurem casas afastadas da capital. A nossa, embora mantendo localização em Budapeste, aluga outra casa em Galgagyöerk. Pela primeira vez se dá um panorama generalizado de dificuldades várias: alimentares, de transporte e outras. Referida ainda a existência de perseguições políticas e intensificação da questão semita (M. 251/T. n.º 27).

Na noite de 16 de Abril a cidade foi bombardeada de modo muito mais intenso, também a navegação no Danúbio passou a estar encerrada por força das minas submarinas lançadas por aviões ingleses. As tropas russas encontram-se já sobre as fronteiras do país o que leva a que numa proclamação o regente exorte à defesa da integridade territorial húngara (M. 251/T. n.º 31).

Em 21 de Abril, numa audiência do nosso ministro com o primeiro-ministro húngaro, este reafirmou as boas relações com o nosso país, não poupando elogios a Salazar. Revelou, ainda, optimismo na luta contra a Rússia, reafirmando que, tal como no passado, a nação húngara defenderá a civilização cristã (M. 251/T. n.º 33).

Em Abril deste ano ocorre alguma tensão entre Portugal e a Hungria por força de uma mal explicada situação de assalto à legação nacional. Na realidade às 5 horas da manhã do dia 28 de Abril a nossa legação é assaltada por agentes

prisões de membros do parlamento e até da câmara alta (M. 251/T. n.º 19). Refere, ainda, ser seu entendimento que a ocupação da Hungria se revela consequência da gravíssima situação das forças alemãs na Rússia, Jugoslávia, Roménia e Bulgária.

³⁴ Em Abril sabemos que se encontra doente com certa gravidade, insistindo para que, com urgência, seja enviado o secretário Branquinho.

da Gestapo ou da polícia húngara com a desculpa de pretenderem investigar um assalto aí ocorrido. Violando o estatuto de extraterritorialidade, são detidas pessoas aí encontradas o que motivou os mais vivos protestos do nosso ministro, que rapidamente obtém a libertação das mesmas. Só em 5 de Maio seriam apresentadas desculpas verbais pelo primeiro-ministro (M. 251/T. n.º 44), mas a imprensa húngara, em 9 de Maio, publicava insultos ao nosso ministro, sem porém o referir expressamente, pelo que, oficiando para Lisboa e temendo tumultos em Budapeste solicita a intervenção do ministro da Alemanha em Lisboa, num momento em que se multiplicavam os crimes contra “judeus, nobres e cristãos” (M. 251/T. n.º 46). Só em 20 de Maio foram recebidas as desculpas formais do governo, consideradas satisfatórias (M. 251/T. n.º 57).

A intensificação dos bombardeamentos à capital húngara determina a mudança, definitiva, da nossa legação para Galgagyóer.

A 4 de Junho o nosso ministro na capital húngara abandona finalmente o país com destino a Viena e posteriormente para a Suíça, passando a nossa legação a estar a cargo do secretário Alberto Carlos Teixeira Branquinho, que chegara a Budapeste em 9 de Maio.

Em 14 de Junho, por motivo dos intensos bombardeamentos aéreos dos aliados sobre os bairros industriais de Budapeste, “onde recentemente foi fixada residência numerosas famílias judaicas”, resulta em vários milhares de mortos e elevadíssimos prejuízos (M. 251/T. n.º 68)³⁵.

No início de Agosto agrava-se a crise política e militar. Por um lado deterioram-se as relações entre o Estado-Maior Húngaro e alemão, sobre a defesa dos Cárpatos e por outro as relações do próprio governo com as autoridades alemãs por força da crescente pressão destes (M. 251/T. n.º 119). A 4 de Agosto, Teixeira Branquinho considera que a independência política da Hungria “passou a ser uma ficção” (M. 251/T. n.º 121)³⁶. Já no mesmo sentido ia a opinião do núncio que em encontro com o nosso secretário, em 20 de Junho, afirmara que era o senhor Veessenmayer, ministro da Alemanha, quem governava efectivamente o país (M. 251/T. n.º 79).

Em 29 de Agosto Horthy substituíra Sztójay pelo general Geza Lakatos³⁷, claramente contrário aos interesses do Eixo, mas era naturalmente impossível ao país subtrair-se à pressão alemã, sobretudo num período em que o rumo da guerra lhe era já tão contrário. Na realidade, em Setembro as forças soviéticas cruzavam já as fronteiras da Roménia. Antevendo o trágico destino do país, num telegrama para Lisboa de 5 de Setembro, Branquinho relata que “toda a gente vive aqui a angústia da grande calamidade que se aproxima [ocupação

³⁵ Sobre o transporte de judeus em comboio para a Alemanha informa-nos que, dadas as condições, será milagre que lá cheguem vivos (M. 251/T. n.º 69).

³⁶ Num telegrama de 26 de Junho de 1944, Teixeira Branquinho, refere que elaborou um relatório denominado “Evolução da Política da Hungria durante a guerra actual” que enviaria assim que conseguisse um correio de confiança (M. 251/T. n.º 85).

³⁷ Antigo condutor das tropas húngaras nos territórios russos até 1943.

russa]” (M. 251/T. n.º 144). Em meados do mês, a 16, bombardeamentos russos atingem o nosso consulado ficando, porém, intacto o arquivo (M. 251/T. n.º 151). Sobre os bombardeamentos quotidianos à capital húngara, em 20 deste mês, Teixeira Branquinho deixa-nos um interessante e curioso relato. Afirmando que a capital era sistematicamente bombardeada de manhã e à noite, cabendo os bombardeamentos matutinos à aviação americana e os nocturnos à *Royal Air Force* ou aos soviéticos, dá-nos informações muito curiosas quanto ao diverso *modus operandi*: “os anglo-saxões procuram atingir apenas objectivos de guerra, mas os russos distribuem indiferentemente as suas bombas por toda a cidade” (M. 251/T. n.º 156). Pouco depois, a 23, deixa-nos entender eventuais instruções no sentido de retirar do país (M. 251/T. n.º 162).

Em 15 de Outubro, Horthy, acusando o governo alemão de falta de cumprimento da sua palavra, de atitudes de lesa-soberania e a Gestapo de crimes contra os húngaros, anunciava o armistício com a União Soviética, armistício que o exército ignorou, continuando a combater. Aconselhava calma à população e a exclusiva obediência aos seus comandos (M. 251/T. n.º 173). Porém, a luta entre facções húngaras iniciava-se. De imediato o Dr. Vessenmayer convidava o regente a mudar para o palácio Hatvany (sede das SS), para o poupar a assistir à ocupação do Palácio Real de Budapeste, onde ficaria sob protecção do *Führer* (Horthy 2000:291), sendo a 18 de Outubro conduzido com a família para a Baviera.

Paralelamente, a Alemanha lançava a Operação Panzerfaust, liderada pelo grande especialista de operações arrojadas e insólitas, o coronel das Waffen SS Otto Skorzeny, pela qual raptava o filho do regente, Miklós Horthy Jr. (posteriormente enviado para o campo de concentração de Mauthausen), ferido na ocasião, e forçando o seu pai a anular o armistício, depor Lakatos, a nomear como primeiro-ministro Ferenc Szálasi e a abdicar. O Partido da Cruz das Setas chegava finalmente ao poder. Em 19 de Outubro Szálasi proclamava-se vice-regente, comunicando que o regente abdicara no dia 16 e lhe conferira o cargo de chefe de Estado.

Apesar do discurso de vitória e de glória húngara de Szálasi, a Hungria, transformada num campo de batalha, desmoronava-se e via os seus exércitos serem varridos. Na tentativa de atrasar



Cartaz do Partido da Cruz das Setas, “Apesar de tudo...”.

a progressão soviética, os exércitos em retirada destruíam todos os caminhos-de-ferro, estradas e sistemas de comunicação. Mas o avanço do exército vermelho mostrava-se imparável e vinha acompanhado de assassínios, violações e toda a sorte de crimes de guerra.

Como parte integrante do exército do general Maximilian Fretter-Pico – *Armeegruppe Fretter-Pico* – o reformado 2º Exército Húngaro ainda obteve alguns sucessos em combate no período que mediou entre 16 de Setembro e 24 de Outubro de 1944. Fundamentalmente durante a batalha de Debrecen, o *Armeegruppe* destruiu três corpos de carros de combate soviéticos do Grupo Móvel Pliyev, mas o sucesso foi obtido a elevado custo e incapaz de repor os efectivos, o 2º Exército Húngaro seria desmobilizado em 1 de Dezembro de 1944.

Em Outubro de 1944 o 1º Exército Húngaro foi destacado para servir junto com o 1º Exército Blindado alemão, participando na ofensiva de Lvov-Sandomierz.

Em 28 de Outubro, Teixeira Branquinho deixava Budapeste ficando a legação a cargo do vice-cônsul honorário (M. 251/T. nº 204).

Em 28 de Dezembro de 1944, foi constituído um governo provisório na Hungria liderado pelo primeiro-ministro Bela Miklós, que depôs o governo de Szálasi, todavia os alemães e os leais ao primeiro-ministro deposto continuaram a combater.

O Exército Vermelho lograria concluir o cerco a Budapeste em 29 de Dezembro de 1944 dando início à batalha de Budapeste, que duraria até 13 de Fevereiro de 1945 e conduziria a destruição total do 1º Exército Húngaro.

Em 20 de Janeiro de 1945 os representantes do governo provisório assinavam um armistício com os soviéticos em Moscovo.

Após a rendição de Budapeste, os alemães ainda lançaram a ofensiva do Lago Balaton que inicialmente se traduziu nalgum sucesso, mas em 19 de Março os soviéticos já haviam recuperado o território perdido ante a ofensiva alemã.

Após a ofensiva falhada, os alemães foram completamente derrotados na Hungria e o que restou do 3º Exército Húngaro foi destruído a cerca de 50 quilómetros a oeste de Budapeste entre 16 e 25 de Março de 1945. Oficialmente as operações soviéticas na Hungria terminaram a 4 de Abril de 1945 com a expulsão das últimas tropas alemãs e dos húngaros que os acompanharam.

Epílogo: a “libertação” Soviética

Um governo húngaro alternativo fora fundado em Debrecen, na zona oriental do país, que já havia sido “libertada” pelos soviéticos. Em Fevereiro de 1946 foi de novo proclamada a república e um ano mais tarde representantes do governo húngaro assinavam em Paris o tratado de paz que restaurava as fronteiras de Trianon, deixando, de novo, fora da Hungria milhões de húngaros.

Sob o regime comunista as primeiras eleições foram realizadas após a guerra

em 1945. Seis partidos, que haviam obtido o aval da Comissão de Controlo dos Aliados, participaram, tendo ganhado o Partido dos Pequenos Proprietários. Em 1947 restavam apenas já dois partidos para se oporem aos comunistas que recebiam apoio directo de Moscovo, e estes iam sendo quebrados sob a pressão política da União Soviética. Sob a liderança de Mátyás Rákosi (1949-1956) uma constituição de tipo soviético foi aprovada no parlamento e o sistema de partido único, desrespeitador das tradições nacionais, foi imposto.

Um estado de partido único marxista-leninista, governado de modo completamente subserviente a Moscovo (onde o embaixador soviético funcionava como um verdadeiro “vice-rei” e era sempre consultado para qualquer decisão importante). Foi imposto o modelo de economia soviética planificada. Toda a iniciativa privada foi nacionalizada sem quaisquer compensações, os camponeses forçados a trabalhar em quintas estilo kolkhoz, as fronteiras encerradas e a polícia política, a temida ÁVO, operando a partir do seu quartel-general no número 60 da rua Andrassy (depois nomeada Estaline), onde se prendiam, torturavam e executavam – os julgamentos públicos eram raros e reservados para casos espectaculares cuja publicidade interessava, à semelhança das purgas de Estaline – aqueles que discordavam do partido.

A ditadura comunista foi estabelecida na Hungria em 1948-49, pouco depois do Exército Vermelho ter “libertado” o país – com muitas violações de mulheres, pilhagem de bens das populações e grande concentração de homens para fazer aumentar o número de prisioneiros de guerra esperado por Estaline – em 1945. Permaneceu, então, ocupada. Ocupação reforçada por unidades da NKVD (depois KGB) inicialmente destinadas a supervisionar o desmantelamento e transporte para a URSS da maior parte das infra-estruturas industriais que não haviam sido destruídas pela guerra. Nas eleições gerais de Setembro de 1945 o Partido Comunista havia obtido apenas 17% dos votos populares, mas usando a tática de salame (de oferecer ao poder apenas uma pequena parcela de cada vez) e apoiados pela assistência e pressão soviética, gradualmente eliminaram (a maior parte das vezes fisicamente) todos os não-comunistas – e especialmente aqueles que se haviam distinguido no combate ao governo pró-nazi do país – de quaisquer lugares de destaque no país.

E Horthy?

Como vimos, a 17 de Outubro Horthy deixava a capital do seu país, de comboio, como prisioneiro, com destino ao castelo de Hirschenberg em Weilheim na Baviera, sua residência fixa, para não mais regressar em vida. Foi em Hirschenberg onde os americanos o encontraram em 1 de Maio de 1945. Crente na sua libertação, Horthy viu ser mantida a sua situação de prisioneiro, ou como eufemisticamente lhe foi comunicado, se encontrava em “custódia de protecção” (Horthy 2000: 305).

O seu primeiro interrogatório pelos americanos ocorreu em 28 de Agosto, sendo levado a 24 de Setembro para Nuremberga e libertado apenas a 17 de Dezembro, regressando a Weilheim onde permanecera a família durante os seus oito meses de cativo pelos aliados.

Veio a servir como testemunha nos julgamentos de Nuremberga e permaneceu na Baviera durante quatro anos. Não podendo regressar à Hungria, que o pretendia julgar por crimes de guerra, devido à ocupação soviética e subsequente governo comunista. Após consentimento dos aliados Horthy elegeria o nosso país, por motivo de razões de saúde de sua mulher, deixando a Baviera em 18 de Dezembro de 1948. A partir de 1949 instala-se a família numa *villa*, colocada à sua disposição por amigos, no Estoril.

Conta-se que todos os dias no paredão entre o Estoril e Cascais se demorava nostalgicamente a olhar para o mar. Horthy regista nas suas memórias a gratidão para com a hospitalidade portuguesa e o interesse com que aqui seguiu a ascensão do país “sob a liderança sábia do primeiro-ministro Doutor Oliveira Salazar” (2000: 313). Aqui, cinco anos antes da sua morte, em 1952 publicaria as suas memórias, *Ein Leben für Ungarn*.

Horthy morreria em 9 de Fevereiro de 1957, após longos anos de exílio no nosso país, expressando como última vontade que o seu corpo só regressasse à Hungria natal quando dela saísse o último soldado soviético, o que somente veio

a acontecer em 5 de Setembro de 1993, após 48 anos de ocupação, voltando à sua natal Kenderes.

Como sabido, muita polémica envolveu Horthy e o seu regime. E os acontecimentos na realidade, não foram para menos. Porém, quanto à questão de ter sido o regime do almirante, um regime fascista, tal não se pode afastar mais da realidade. Bem sabemos como, tal para o Estado Novo português, tal expressão é aplicada com conveniente leviandade e tal seria, manifestamente, também o caso do regime de Horthy. Tratou-se de um regime cristão, tradicionalista conservador e profundamente anti-bolchevique, mais virado para o passado do que para as ambições do futuro fascista (Bogdan 2006: 45). No fundo um regime que o próprio regente tão bem sintetizou numa audiência ao nosso ministro Sampaio Garrido, em que manifestou o seu apreço pelo nosso



O almirante Horthy escrevendo as suas memórias no Estoril.

Presidente da República e Presidente do Conselho, em 6 de Agosto de 1942. “Trocando impressões sobre a guerra disse-me estar persuadido que não poderá esta prolongar-se por muito tempo mais em vista das vitórias alemãs na Rússia a qual brevemente será também atacada pelos japoneses. Mostrando-se optimista quanto ao sucesso da luta contra o bolchevismo acrescentou que o que teórica e directamente interessa à Hungria é o aniquilamento deste regime político e pouco mais” (M.222/Telegrama n.º 29).

Bibliografia

- Bodrogi, Péter, Molnár, József e Zeidler, Sándor. 2005. *Nagy Magyar Kitüntetéskönyv*. Budapeste: Rubicon-Könyvek.
- Bogdan, Henry. 2006. La Hongrie de Horthy. *La Nouvelle Revue d'Histoire*. N.º 27 – Nov-Dec. pp. 43- 47.
- Duroselle, Jean-Baptiste. 1989. *A Europa de 1815 aos nossos dias*, 3ª ed., São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- Franco, Manuela (Dir). 2000. *Vidas poupadas. A acção de três diplomatas portuguesas na II Guerra Mundial*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros/Instituto Diplomático.
- Glaise-Horstenau, Edmund von. 1930. *The Collapse of the Austro-Hungarian Empire*. Londres e Toronto: J.N. Dent and Sons Limited.
- Horthy, Miklós. 2000. *Memoirs*. Safety Harbour (FL): Simon Publications.
- Lucas, James. 1973. *Austro-Hungarian Infantry 1914-1918*. Wealdstone: Almark Publications.
- Macartney, C. A. 1961. *October Fifteenth: A History of Modern Hungary. 1929-1945*. 2ª ed. 2 vols. Edinburgo: Edimburgh University Press
- 1962. *Hungary. A short history*. Edimburgo: Edimburgh University Press.
- Oliveira, Humberto Nuno de. 1993. As concepções de Moscovo como a Terceira Roma e de «Rússia Homeland/Motherland» como constantes Histórico-Culturais na estratégia de Expansionismo Russo, *Revista de Marinha*, n.º 837, Abr., pp. 30-33.
- Purves, Alec A. Medals. 2004. *The Medals Decoration and Orders of the Second World War. 1939-1945*. Londres: Savannah Publications.
- Rémond, René. 1993. *O Século XX. De 1914 aos nossos dias*, São Paulo, Editora Cultrix.
- Rothenberg, Gunther. 1998. *The Army of Francis Joseph*. West Lafayette: Purdue University Press.
- Sakmyster, Thomas. 1994. *Hungary's Admiral on Horseback: Miklos Horthy, 1918-1944*. Boulder, New York: Columbia University Press.
- Schmidt, Maria (Ed.). 2003. *Terror Háza. Andrassy Út 60. House of Terror*. Budapeste: Public Endowment for Research in Central and East-European History and Society.

Sugar, Peter F. (gen. Ed.). 1994. *A History of Hungary*. Bloomington (in): Indiana University Press.

Ungváry, Krisztián. 2003. *Battle for Budapest – 100 days in World War II*. Londres: I.B. Tauris.

Fontes

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros
legação Budapeste - Telegramas: Ano 1938 – M. s/n; Ano 1939 – M.187; Ano 1940
– M. 196; Ano 1941 – M. 210; Ano 1942 – M. 222, Ano 1943 – M. 237; Ano 1944
– M. 251

Internet

<http://www.lib.byu.edu/~rdh/wwi/1914/austro-hungarian-ultimatum.html>
(Brigham Young University Library on-line, acedida em 11.Jul.2006)

<http://www.vitez.6x.to/>

Agradecimento

Ao amigo e colega Paulo Estrela pela permanente disponibilidade e paciência para discutir estes assuntos, aos quais sempre acrescenta algo de importante.

ANEXO



Medalha de prata, Comemorativa do reinado
do Imperador da Áustria, Francisco José
Publicadas em Ordem do Exército 31 / 1908 - p. 706
(excepto onde constar indicação contrária)

Coronel de Infantaria, José Ignácio de Mello Pereira e Vasconcellos
Tenente-Coronel de Infantaria, José Joaquim de Sande Menezes e Vasconcellos
Tenente-Coronel, na Reserva, António Thiago de Araújo (O.E. 1 / 1909 - p. 27)
Major de Infantaria, Boaventura de Noronha
Major de Infantaria, Francisco Manuel Valente
Major de Infantaria, João Pedroso de Lima
Major de Infantaria, Francisco Xavier Líbano dos Santos Pereira
Capitão de Infantaria, Alfredo José do Prado
Capitão de Infantaria, Luiz Manuel Agostinho Domingues
Capitão de Infantaria, Henrique Ribeiro de Almeida
Capitão de Infantaria, Valério Manco Ferrão
Capitão de Infantaria, Jacinto Joaquim Fragoso
Capitão de Infantaria, José Francisco Mendes do Passo
Capitão de Infantaria, António Ernesto Borges
Capitão Médico, Francisco Diniz de Carvalho (O.E. 1 / 1909 - p. 24)
Tenente de Infantaria, José Bernardo Ferreira
Tenente de Infantaria, Bruno José do Carmo
Tenente de Infantaria, Alfredo Augusto Ribeiro da Fonseca Júnior
Tenente de Infantaria, Jorge Augusto Rodrigues
Tenente de Infantaria, Manuel Valente
Tenente de Infantaria, Jacome Maria Oom do Valle
Tenente de Infantaria, Estevão Pereira da Silva
Tenente de Administração Militar, Sezinando Ribeiro Arthur (O.E. 1 / 1909 - p. 22)
Tenente Médico, Carlos Barreiros Montez Champalimaud (O.E. 1 / 1909 - p. 24)
Alferes de Infantaria, Américo Alfredo Gomes da Cruz
Alferes de Infantaria, Luiz Maria da Gama Ochôa
Alferes de Infantaria, Viriato da Fonseca Rodrigues
Alferes de Infantaria, Carlos Alberto Alves
Alferes de Infantaria, Manuel Luiz de Brito Vasques
Alferes de Infantaria, Manuel Joaquim Crespo Júnior
Alferes de Infantaria, Arthur Lobo de Campos
Alferes de Infantaria, Carlos de Noronha
Alferes de Infantaria, António Correia da Silva Carvalho
Alferes de Infantaria, João Carlos Pires Ferreira Chaves
Alferes de Infantaria, José da Ascensão Valdez

Alferes de Infantaria, Francisco Nunes Claro
Mestre de Música, com graduação de Alferes, António Augusto Lopes da Silva
Capelão de 2ª Classe, Manuel Alves Catharino (O.E. 1 / 1909 - p. 27)

Medalha de bronze, Comemorativa do reinado
do Imperador da Áustria, Francisco José
Publicadas em Ordem do Exército 31 / 1908 - p. 707
(excepto onde indicação contrária)

Alferes de Infantaria, Henrique dos Santos Nogueira
Alferes de Infantaria, Manuel Rebello Marques
Alferes de Infantaria, Virgílio Damasceno Simões
Alferes de Infantaria, Carlos Augusto Pereira do Carmo
Alferes de Infantaria, Horácio Saque
Alferes de Infantaria, António Alberto Quintão Meyrelles
Alferes de Infantaria, Pedro Martinho da Piedade Alvares

Regimento de Infantaria nº 2:
Sargento-Ajudante, Cadete, Diniz Feio Valle

Regimento nº 5 de Infantaria do Imperador da Áustria, Francisco José
Aspirante a Oficial, Victoriano José Carrasco
Sargento-Ajudante, José Elias Costa
Sargento-Ajudante, Francisco Esteves da Fonseca
Contramestre de Música, José Joaquim dos Santos Paixão
1º Sargento, Joaquim Lopes da Costa Fraga
1º Sargento, António José Pires
1º Sargento, José da Silva Soares
1º Sargento, Eugênio Germano Alfarra Cruz
1º Sargento, João Augusto Machado
1º Sargento, António Mathans
1º Sargento, Manuel Martins Bernardo Castilho
1º Sargento, Manuel Domingues
1º Sargento, António Filipe Pereira
Músico de 1ª Classe, Augusto César Carneiro
Músico de 1ª Classe, Dominico Eduardo
2º Sargento, Joaquim Pedro da Silva
2º Sargento, Luiz Augusto dos Santos
2º Sargento, Albino Maria de Figueiredo
2º Sargento, João Pedro Nunes Pacheco
2º Sargento, Carlos Grave
2º Sargento, José Carlos Saraiva Belling
2º Sargento, José Joaquim da Costa
2º Sargento, José Victor

2º Sargento, António Monteiro de Sousa
2º Sargento, Vasco Ventura Pereira
2º Sargento, José Caetano Pereira Duarte
2º Sargento, António Baptista
2º Sargento, Joaquim de Matos Rosa
2º Sargento, António José Mota
2º Sargento, Jayme Jorge de Azeredo
2º Sargento, Raul Joaquim Leitão da Silva
2º Sargento, Manuel Gatto do Carmo
2º Sargento, Roberto Amâncio Alves
2º Sargento, Francisco Jorge
2º Sargento, José Cândido Lopes Moreira
2º Sargento, José António Baptista
2º Sargento, Herculano Avelino Rosa Matheus
2º Sargento, Luiz Silvério
2º Sargento, António Neves de Almeida
2º Sargento, Álvaro Trocallo
2º Sargento, Bonifácio Ritta dos Santos
Músico de 2ª Classe, Manuel Joaquim Canhão
Músico de 2ª Classe, Belmiro Murça de Arantes
Músico de 2ª Classe, José Joaquim Ribeiro
Músico de 2ª Classe, Mário Peixoto
Mestre de Corneteiros, José Maria Pereira
Correio, Manuel Carvalho (O.E. 1 / 1909 - p. 22)
Carpinteiro, António Mesquita (O.E. 1 / 1909 - p. 22)
Espingardeiro, Vicente Amaro (O.E. 1 / 1909 - p. 22)

Companhia de Subsistências:

1º Sargento, José Manuel dos Reis (O.E. 3 / 1909 - p. 70)

Regimento de Infantaria nº 10:

1º Sargento, José Luiz da Cruz

Regimento de Infantaria nº 14:

2º Sargento, Manuel José de Loureiro

Distrito de Recrutamento e Reserva nº 5

1º Sargento, João Francisco Paschoa

2º Sargento, José Affonso Bezelga

6ª Companhia de Reformados

2º Sargento, Carlos Teixeira Leite

10ª Companhia de Reformados

Músico de 1ª Classe, António de Sousa Tavares